



República de Moçambique

Ministério Público

Gabinete Central de Combate à Corrupção



**PLANO ESTRATÉGICO DO GABINETE CENTRAL
DE COMBATE À CORRUPÇÃO
(2018 - 2022)**

Maputo, Janeiro de 2018



República de Moçambique

Ministério Público

Gabinete Central de Combate à Corrupção

**Plano Estratégico do Gabinete Central
de Combate à Corrupção
2018 - 2022**

FICHA TÉCNICA

Título: Plano Estratégico do GCCC 2018 – 2022

Editor: Gabinete Central de Combate à Corrupção

Elaborado por: Gabinete Central de Combate à Corrupção & Métier
Consultoria e Desenvolvimento

Capa, maquetização e impressão: Imprensa Nacional de Moçambique, E.P.

Tiragem: 300 exemplares

Edição: Janeiro de 2018

Registo N.º 9339/RLINLD/2018

Financiamento:



Índice

Prefácio	9
Nota preliminar	11
Abreviaturas	13
I. O Plano Estratégico	15
Missão, Visão e Valores	17
1.1. Missão	17
1.2. Visão	17
1.3. Valores	18
2. Princípios metodológicos adoptados na elaboração do Plano Estratégico	18
3. Enquadramento do Plano nas políticas e estratégias nacionais	20
4. Objectivos do Plano Estratégicos do GCCC 2018 – 2022	22
5. Definições estratégicas	23
6. Quadro lógico do plano estratégico	25
6.1. Pilares estratégicos	25
6.2. Objectivos estratégicos, actividades principais e resultados	25
6.2.1 Primeiro Pilar – Quadro da legislação Anti-Corrupção	25
6.2.2 Segundo Pilar – Políticas, Estratégicos e planos de acção	28
6.2.3. Terceiro Pilar – Prevenção e combate à Corrupção	29
6.2.3.3.1. Componente de esforço das medidas de Prevenção da Corrupção Área de Prevenção	30
6.2.3.3.2. Componente do reforço de medidas de Combate à Corrupção Área de Combate à Corrupção	35
6.2.3.3.3. Componente da Área de investigação, instrução e acção penal	38
6.2.4. Quatro Pilar – Desenvolvimento institucional	39

6.2.4.1. Componente do Quadro Institucional	40
6.2.4.2. Componente de organização interna e recursos humanos	41
6.2.4.3. Componente de Infra-estruturas e equipamento.....	42
6.2.4.3. Componente de Infra-estruturas e equipamento.....	44
7. Mecanismos de implementação.....	45
8. Monitoria e avaliação.....	50
8.1. Primeiro Pilar – Quadro da Legislação Anti-Corrupção	52
Tabela 1 – Matriz de Monitoria: Primeiro Pilar–Quadro da Legislação Anti- -Corrupção	52
8.2. 2.º Pilar – Políticas, Estratégias e Planos de Acção	53
Tabela 2 – Matriz de Monitoria: 2.º Pilar, estratégias e Planos	53
8.3. 3.º Pilar – Prevenção e Combate à Corrupção.....	55
8.3.1. Componente do reforço das medidas de Prevenção da Corrupção – Área de Prevenção	55
Tabela 3 – Matriz de Monitoria: 3.º Pilar – Prevenção e Combate à Corrupção Componente do reforço das medidas de Prevenção da Corrupção – Área de Prevenção	55
8.3.2. Componente do reforço de medidas de Combate à Corrupção – Área de Combate à Corrupção.....	61
Tabela 4 – Matriz de Monitoria: 3.º Pilar – Prevenção e Combate à Corrupção (Componente do reforço de medidas de combate à Corrupção – Área de Combate à Corrupção).....	61
8.3.3. Componente da Área de investigação, instrução e acção penal	66
Tabela 5 – Matriz de Monitoria: 3.º Pilar – Prevenção e Combate à Corrupção (Componente da Área de Investigação, Instrução e Acção penal).....	66
8.4. 4.º Pilar – Desenvolvimento institucional	69
8.4.1. Componente do Quadro Institucional.....	69
Tabela 6- Matriz de Monitoria: 4.º Pilar–Desenvolvimento-Institucional (Componente do Quadro Institucional)	69
8.4.2. Componente de organização interna e Recursos Humanos.....	72
Tabela 7 – Matriz de Monitoria: 4.º Pilar–Desenvolvimento institucional Componente de Organização e Recursos Humanos)	72

8.4.4. Componente de meios financeiros	76
Tabela 9 – Matriz de Monitoria: 4.º Pilar – Desenvolvimento Institucional (Componente de meios financeiros).....	76
9. Pressupostos e riscos.....	77
9.1. Primeiro Pilar Estratégico – Quadro da Legislação Anti-Corrupção	77
9.2. Segundo Pilar Estratégico – Políticas, Estratégias e Planos de Acção.	78
9.3. Terceiro Pilar Estratégico – Prevenção e Combate à Corrupção	79
9.4. Quatro Pilar Estratégico: Desenvolvimento institucional	85
10. Orçamento e cenarização	89
10.1. Orçamento do Plano Estratégico	89
Tabela 10 – Resumo dos Custos de Implementação PE para o período 2010 – 2012.....	90
Tabela 11 – Custos de implementação do PE para o período 2018 - 21 por acção	90
10.2. Cenarização dos recursos financeiros	94
II Plano de Acção	98

Prefácio

Para reforço da actuação do GCCC, em Janeiro de 2011 foi aprovado o primeiro Plano Estratégico do GCCC 2011-2014, o qual tinha por principais objectivos a prevenção, a investigação, instrução criminal e o desenvolvimento institucional.

Concluída a implementação do primeiro Plano Estratégico, foram registados avanços, reflectidos num melhor desempenho institucional, mormente nas áreas da tramitação processual, organização interna, planificação, afectação de recursos humanos, materiais e financeiros.

Visando dotar o GCCC de um instrumento planificador, de âmbito quinquenal, que oriente as suas actividades, como meio de reforçar as conquistas alcançadas, foi elaborado o Plano Estratégico do GCCC 2018-2022, que tem como um dos objectivos principais o fortalecimento e a melhoria do desempenho institucional, a promoção de uma cultura de transparência e de integridade nas instituições do Estado e no sector privado, com vista a um harmonioso desenvolvimento económico e social do país.

O documento, demonstra a necessidade de conferir maior robustez ao GCCC, enquanto que órgão competente de prevenção e combate à corrupção, ao estabelecer uma nova estrutura orgânica dotada de recursos humanos e financeiros adequados, bem como, fortificar as acções de prevenção através de palestras, acções de sensibilização e articulação com os demais sectores.

A Visão e Missão traduzem o engajamento da instituição na luta contra a corrupção, de modo a almejarmos o desenvolvimento económico e social harmonioso do país.

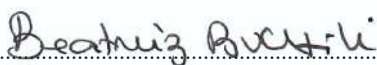
O Plano está alinhado com os instrumentos de planificação e estratégias nacionais do Governo de Moçambique, mormente o Programa Quinquenal,

Plano de Acção da Estratégia da Reforma para o Desenvolvimento da Administração Pública (ERDAP) 2016 – 2019, Planos Sectoriais dos Órgãos de Administração da Justiça de curto, médio e longo prazo, e o Plano Estratégico da Procuradoria-Geral da República.

Urge pois, a necessidade de cada um de nós ter a consciência dos males que a corrupção traz para sociedade e contribuir no combate a este mal pois só assim, alcançaremos os objectivos definidos nos eixos estratégicos.

Maputo, Fevereiro de 2018

A Procuradora-Geral da República



(Beatriz Buchili)

Nota Preliminar

A prevenção e o combate à corrupção constituem prioridades estratégicas do Estado e da sociedade moçambicana no contexto da boa governação.

Neste contexto foram produzidos vários instrumentos legais sobre a matéria, políticas nacionais e sectoriais no âmbito da Função Pública, com o objectivo de prevenir e combater a corrupção.

O Gabinete Central de Combate à Corrupção (GCCC) é, nos termos da Lei n.º 4/2017, de 18 de Janeiro, um órgão do Ministério Público especializado na prevenção e combate aos crimes de corrupção e conexos, que compreende os Gabinetes Provinciais de Combate à Corrupção de Nampula, Sofala, Inhambane e Maputo, sendo que o seu Director responde perante o Procurador Geral da República.

Para reforço da sua actuação, em Janeiro de 2011 foi aprovado o primeiro PE do GCCC 2011-2014, o qual tinha por principais objectivos a prevenção, a investigação e instrução criminal e o desenvolvimento institucional.

Concluída a implementação do primeiro Plano Estratégico, foram registados avanços, reflectidos num melhor desempenho institucional, mormente nas áreas da tramitação processual, organização interna, planificação, afectação de recursos humanos, materiais e financeiros.

Assim sendo, urge dotar a instituição de um instrumento planificador, de âmbito quinquenal, que oriente as suas actividades, como meio de reforçar as conquistas alcançadas.

O presente Plano Estratégico do GCCC foi elaborado a partir do diagnóstico realizado no ano 2016.

O Plano Estratégico do GCCC 2018-2022 tem por grande objectivo o fortalecimento e a melhoria do desempenho institucional, a promoção de uma cultura de transparência e de integridade nas instituições do Estado e no sector privado, visando o harmonioso desenvolvimento económico e social do país. Com este Plano Estratégico pretende-se, também, garantir a melhoria substancial da eficiência e eficácia do GCCC no âmbito da prevenção e do combate à corrupção.

Por último, o Plano Estratégico do GCCC insere-se no âmbito global da legislação Anti-corrupção, do quadro institucional regulador da organização do GCCC e da Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Corrupção, aprovada no contexto da Reforma da Função Pública. Para que o processo de combate à corrupção possa atingir os fins pretendidos, a Estratégia ora elaborada assenta em quatro grandes pilares, que se interligam e complementam

entre si, nomeadamente: *i*) Quadro da legislação Anti-corrupção, *ii*) Políticas, Estratégias e Planos de acção; *iii*) Prevenção e Combate à corrupção; e *iv*) Desenvolvimento institucional.

• **Parte I - Plano Estratégico, apresentado em 10 capítulos:**

- O enquadramento estratégico do plano (missão, visão e valores; princípios e critérios; enquadramento do plano nas políticas e estratégias nacionais; objectivos do plano estratégico do GCCC 2018-2022 e definição estratégica do plano);
- O Quadro lógico do PE (Pilares estratégicos, Objectivos Estratégicos, Actividades Principais e Resultados);
- Os Mecanismos de Implementação, a Monitoria e Avaliação, os Pressupostos e Riscos;
- Orçamentação e Cenalização (Orçamento do Plano Estratégico, Cenalização dos Recursos Financeiros).

• **Parte II - Plano de Acção**

- Para uma maior facilitação da implementação do Plano Estratégico, na parte final do Relatório apresenta-se uma tabela resumo, da qual constam as actividades que devem ser realizadas no âmbito da execução do Plano Estratégico, os mecanismos de controlo e os respectivos prazos.

Abreviaturas

als.	alíneas
art.	artigo
AT	Autoridade Tributária de Moçambique
BR	Boletim da República
CDA	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC - Southern Africa Development Community)
CFJJ	Centro de Formação Jurídica e Judiciária
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo 2016 -2018
CNUCC	Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (UNCAC - United Nations Convention Against Corruption)
DM	Diploma Ministerial
DRH	Direcção de Recursos Humanos
ERDAP	Estratégia da Reforma e Desenvolvimento da Administração Pública.
FOFA	Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças (SWOT - Strenghts,Weaknesses,Oportunities, Threats)
GCCC	Gabinete Central de Combate à Corrupção
GIFIM	Gabinete de Informação Financeira de Moçambique
GPCC'S	Gabinetes Provinciais de Combate à Corrupção
GPCCI	Gabinete Provincial de Combate à Corrupção de Inhambane
GPCCN	Gabinete Provincial de Combate à Corrupção de Nampula
GPCCS	Gabinete Provincial de Combate à Corrupção de Sofala
IFAPA	Instituto Médio de Formação em Administração Pública e Autárquica
IGEPE	Instituto de Gestão das Participações do Estado
IGF	Inspecção Geral de Finanças
IP	Indicador de Produto
IR	Indicador de Resultado
MAEFP	Ministério da Administração Estatal e Função Pública
MEF	Ministério da Economia e Finanças

MEDH	Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano
MJACR	Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos
MINT	Ministério do Interior
MISAU	Ministério da Saúde
MP	Ministério Público
MT	Metical
MTs	Meticais
OE	Orçamento Geral do Estado
OJ	Oficiais de Justiça
ONG's	Organizações Não Governamentais
OSC's	Organizações da Sociedade Civil
PD	Procuradoria do Distrito
PE 20112014	Plano Estratégico 2011-2014
PECC	Planos de acção de Prevenção e Combate à Corrupção
PEDAP	Plano Estratégico de Desenvolvimento da Administração Pública
PE	GCCC 2018-2022 Plano Estratégico do Gabinete Central de Combate à Corrupção 2018-2022
PEIJ	Plano Estratégico Integrado da Justiça
PGR	Procuradoria-Geral da República
PPI	Procuradoria Provincial de Inhambane
PPN	Procuradoria Provincial de Nampula
PPS	Procuradoria Provincial de Sofala
PPt	PowerPoint
PRM	Polícia da República de Moçambique
QP	Quadro de Pessoal
RH	Recursos Humanos
SERNIC	Serviço Nacional de Investigação Criminal
TA	Tribunal Administrativo
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação

I. O Plano Estratégico

Missão, Visão e Valores

A Missão, Visão e Valores da instituição constituem instrumentos orientadores de base, actuando como suportes ao funcionamento interno e à prestação de serviços. É importante notar que qualquer organização, seja ela pública ou privada, grande ou pequena, tem a necessidade de compreender a sua missão - razão da sua existência, e, a partir deste entendimento, estabelecer a sua visão, de modo a que esta seja congruente com os valores com que se identifica e orienta. A missão, a visão e os valores institucionais são interdependentes.

1.1 Missão

Constitui missão institucional tudo o que a organização se predispõe a realizar com vista ao alcance dos seguintes objectivos:

- identificar e justificar a existência da instituição;
- ilustrar o caminho a seguir para o alcance do sonho definido na visão, isto é, a definição e implementação de objectivos estratégicos da instituição.

A missão deve conter e transmitir valores comuns da instituição, da liderança e dos seus funcionários à sociedade em geral. Neste sentido, todos os que trabalham na organização devem conhecê-la, compreendê-la, vivê-la e sentirem-se atraídos e comprometidos com os seus objectivos.

Nestes termos, constitui missão do GCCC:

“Prevenir e combater a corrupção e promover uma cultura de transparência, integridade e boa governação, visando o desenvolvimento económico e social harmonioso do País”.

1.2 Visão

Constitui a visão de uma instituição os seus sonhos e aspirações a longo prazo, metas ambiciosas e o conjunto de convicções e compreensões que modelam o seu percurso. A visão deve estar alinhada aos principais valores da instituição, pois ela consubstancia o seu princípio essencial e duradouro.

Assim sendo, é visão do GCCC:

“Ser um órgão de referência na prevenção e no combate à corrupção, tendo em vista o estabelecimento da confiança nas Instituições Pública e Privadas e na sociedade em geral”.

1.3. Valores

Os valores representam os instrumentos orientadores e caracterizadores, tanto da atitude institucional e dos efeitos desejados, como da mensagem a transmitir aos destinatários. Os valores traduzem as nossas preferências, critérios de valorização das coisas e as razões que justificam ou motivam as nossas acções.

Inspirados na Constituição da República e na Lei Orgânica do Ministério Público, foram eleitos os seguintes valores estruturantes:

- Legalidade: agir em estrita obediência à lei, com vista a garantir o direito do cidadão à justiça e ao direito, contribuindo para o estabelecimento da harmonia social;
- Integridade: agir com honra, cometimento e pureza de acções, com vista à defesa e salvaguarda do bem público;
- Transparência: agir com clarividência nos casos de suspeita da prática de actos de corrupção a serem tramitados pela instituição;
- Ética Profissional: agir com um comportamento moral e profissional exemplar, tratando as pessoas com cordialidade e respeito;
- Responsabilidade: exercer funções com consciência da obrigatoriedade de responder pelos actos praticados;
- Isenção: agir com imparcialidade, neutralidade e livre de qualquer influência externa nas acções preconizadas;
- Objectividade: decidir sem a influência de opiniões, ser objectivo, tomar acções que resultam de observação imparcial e independente de preferências subjectivas.

E, na elaboração do Plano Estratégico 2018-2022, entende-se ser de manter os valores estruturantes acima reproduzidos, ampliados com os que se descrevem no capítulo respeitante à Definição Estratégica.

2. Princípios metodológicos adoptados na elaboração do Plano Estratégico

Os princípios que devem nortear a elaboração do futuro Plano Estratégico têm de tomar em consideração o ambiente interno e externo da instituição, nomeadamente:

- A natureza da instituição;
- A sua inserção no Ministério Público;

- O Director do GCCC responder directamente perante o PGR;
- A importância da luta contra o fenómeno de corrupção;
- A sua organização, funcionamento orgânico e articulação interna e externa;
- A sua importância como factor galvanizador no combate à corrupção;
- O seu relevante papel na adopção de Políticas e Estratégias de Prevenção e Combate à Corrupção;
- O seu papel de dinamização, direcção e coordenação de planos e acções de prevenção;
- O seu relevante papel na monitoria das acções de controlo interno;
- A preservação da sua autonomia em relação aos outros órgãos do Ministério Público;
- A manutenção da sua integração como unidade orçamental do Estado.

Os critérios usados para a elaboração do presente Plano Estratégico têm de tomar em consideração:

- O anterior Plano Estratégico 2011-2014;
- O Plano Estratégico da PGR 2012-2016, a Estratégia Anti-corrupção (EAC) 2006-2010, o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Administração Pública 2011-2015 e o Plano Quinquenal do Governo 2015-2019;
- A avaliação de diagnóstico, tendo como fontes primárias as entrevistas e a constatação directa, bem assim como as fontes secundárias, por via de documentos facultados pelo GCCC ou publicados, o que resultou na avaliação FOFA;
- O presente Plano deverá tomar em conta os indicadores, objectivos gerais e específicos, bem como as metas a alcançar, nomeadamente, dando prioridade às acções de prevenção na mesma proporção que as de combate, incrementando a quantidade e melhorando a qualidade dos processos investigados, instruídos, acusados e julgados;
- Fixar um cronograma de acções e respectiva monitoria, sem olvidar a questão relativa à divulgação e partilha do Plano por todos os magistrados, funcionários e público em geral, massificando e criando condições para um cada vez maior acesso do cidadão ao GCCC para denunciar casos de corrupção;
- Legislação Anti-corrupção.

3. Enquadramento do plano nas políticas e estratégias nacionais

O enquadramento estratégico para a elaboração do presente Plano Estratégico assenta nas estratégias e políticas estabelecidas para o sector e as consagradas, de forma programática, no PE-GCCC 2011-14. O diagnóstico teve como ponto de partida o estudo do PE-GCCC 2011-2014 e as avaliações realizadas no decurso da sua implementação.

Por outro lado, o enquadramento estratégico da elaboração do PE-GCCC 2018-2022 deve estar em consonância com o PE-PGR 2012-2016 e o Programa Quinquenal do Governo 2015-2019, bem como com a legislação pertinente, mormente a Lei n.º 22/2007, de 1 de Agosto - Lei Orgânica do Ministério Público e Estatuto dos Magistrados do Ministério Público, a Lei n.º 6/2004, de 17 de Junho, que cria o Gabinete Central de Combate à Corrupção, a Lei n.º 14/2012, de 8 de Fevereiro, que introduz alterações à Lei n.º 22/2007, de 1 de Agosto, a qual confere aos magistrados do Ministério Público, afectos no GCCC, competência para acusar, a Lei n.º 4/2017, de 18 de Janeiro, que altera a Lei Orgânica do Ministério Público, o Regulamento Interno do GCCC, aprovado pelo Despacho n.º 1/G/PGR/2014, de 26 de Junho e o Regulamento Interno dos GPCC'S, aprovado pelo Despacho do Procurador-Geral da República, de 2 de Junho de 2015, bem como com os pertinentes instrumentos de direito internacional.

As alterações introduzidas pela Lei n.º 14/2012, de 8 de Fevereiro vieram conferir ao GCCC meios mais efectivos para o combate à corrupção, razão pela qual convirá medir a eficácia da correspondente alteração legislativa.

Do mesmo modo, com a aprovação e entrada em funcionamento da Lei n.º 4/2017, impõe-se repensar o tratamento que é dado aos crimes conexos neste diploma legal.

Dos instrumentos jurídico-legais facilitadores do combate à corrupção, constitui ponto de referência o pacote de legislação Anti-corrupção, o novo Código Penal e, de entre os normativos do direito internacional, a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção – Resolução n.º 31/2006, de 26 de Dezembro, a Convenção da União Africana Contra a Corrupção – Resolução n.º 30/2006, de 23 de Agosto e o Protocolo da SADC Contra a Corrupção – Resolução n.º 33/2004, de 9 de Julho.

Não se pode perder de vista também que o GCCC integra o Sector da Justiça, motivo pelo qual a visão e a missão deste sector tem de ser tomada em consideração.

Na aplicação das leis de combate à corrupção, importa ter presente que tem de existir uma boa articulação interna entre os vários órgãos do Ministério Público.

Do mesmo modo, é necessário que, em relação ao referido combate, haja uma visão correcta por parte dos tribunais, das instituições do Estado, do sector privado, das organizações da sociedade civil, e a nível dos cidadãos e da sociedade em geral.

Torna-se ainda importante perceber como é que, de forma institucional, são concebidos os planos de prevenção, os mecanismos de interacção, como estão a ser efectivadas as respectivas acções e a sua monitoria, de modo a estabelecer mecanismos eficazes de prevenção criminal.

Durante a elaboração do presente Plano Estratégico, foi aprovada a Lei n.º 4/2017, de 18 de Janeiro, a qual revoga as Leis n.ºs 22/2007, de 1 de Agosto, 8/2009, de 11 de Março e 14/2012, de 8 de Fevereiro.

Não obstante a Lei n.º 4/2017, de 18 de Janeiro, ter introduzido alterações no relativo às funções do GCCC, a previsão quanto ao seu quadro estrutural e orgânico, será mantida nos termos estabelecidos pelo presente Plano Estratégico.

Com efeito, o GCCC:

- Deixa de estar subordinado directamente ao Procurador Geral da República, passando a responder perante aquele alto magistrado;
- Passa a ocupar-se tão só de processos relativos a corrupção, peculato e concussão, ficando de fora todos os não abrangidos;
- Deixa de gozar da mobilidade especial dos magistrados, de um ponto para outro, para lidar com certos e determinados processos.

Deste modo, no que ao GCCC diz respeito, parece urgente que se proceda à revisão pontual da Lei n.º 4/2017, de 18 de Janeiro.

¹Apesar da Secção I, do Capítulo II, do Título VII do Código Penal fazer alusão a crimes de corrupção activa e passiva, corrupção de magistrados e agentes de investigação criminal, salvo o devido respeito, tal abordagem não pode ser estendida para a participação económica ilícita, abuso de cargo ou função, tráfico de influências, aceitação de oferecimento ou promessa e enriquecimento ilícito. Ademais, quase todos os crimes de corrupção levam consigo crimes conexos.

Ao ser retirada tal competência ao GCCC em relação aos crimes conexos, isso obrigará a que se extraíam certidões e se remetam a outra entidade, em desfavor de uma investigação, instrução e acusação adequada, nos referidos casos.

Mantém-se esta construção, porque estamos cientes que a Lei n.º 4/2017, de 18 de Janeiro, virá a ser revista a breve trecho, por razões que se mostram evidentes.

4. Objectivos do plano estratégico do GCCC 2018-2022

O Plano Estratégico do GCCC 2018-2022 terá em conta o seguinte objectivo: “dar continuidade às acções relativas ao anterior PE do GCCC 2011-2014, de modo a que se não opere qualquer descontinuidade entre os dois instrumentos.”

Por outro lado, pelo facto de o GCCC constituir uma unidade orgânica da PGR, há que ter em consideração as grandes linhas orientadoras constantes do Plano Estratégico da PGR entre as quais se salientam as seguintes:

- Colaborar com os órgãos de manutenção da segurança, ordem e tranquilidade públicas, na prevenção e combate à criminalidade;
- Dinamizar as necessárias reformas legais no âmbito do seu campo de actuação;
- Participar em acções de desenvolvimento da consciência jurídica dos cidadãos, funcionários e agentes do Estado;
- Dar maior relevância à cooperação internacional para o combate ao crime transnacional e para a troca de informações relevantes nos outros domínios da sua intervenção;
- Introduzir e desenvolver TIC's em todas as unidades orgânicas de apoio ao MP;
- Prosseguir com a formação do pessoal, dentre magistrados e funcionários, em matéria de especialidade e em tecnologias de informação e comunicação, como parte da política de desenvolvimento institucional e de desenvolvimento de recursos humanos para os desafios actuais e cada vez mais exigentes.

5. Definição estratégica

O fenómeno da corrupção mina os alicerces do Estado e a sua credibilidade, a dos seus órgãos subordinados e a das suas instituições, nestes se incluindo os institutos públicos, as empresas públicas, as empresas participadas pelo Estado, assim como, as autarquias municipais e o poder local.

Este fenómeno, associado ao peculato, torna-se bastante prejudicial, por contribuir para uma redução drástica dos recursos públicos destinados aos desafios de investimento e de prestação de serviços sociais.

Mas a corrupção não graça apenas no sector público; ela estende-se ao sector privado e a diversas áreas sociais, o que exige medidas vigorosas de prevenção e de combate ao fenómeno, tendo em vista a credibilização de todos os esforços da sociedade, com vista à promoção do bem comum.

O combate à corrupção deverá traduzir-se num fenómeno social e cultural no qual todos os cidadãos devem participar como actores activos, desde a prevenção até à sua denúncia e à sua repressão por via dos tribunais, os quais, nos termos constitucionais *“educam os cidadãos e a administração pública no cumprimento voluntário.... consciente das leis estabelecendo uma justa e harmoniosa convivência social”* – cfr. Artigo 213 da CRM.

O GCCC constitui um órgão do Estado fundamental para galvanizar a luta contra o fenómeno da corrupção, papel que tem vindo a desempenhar cabalmente, embora se mostre necessário dotá-lo de condições que permitam melhorar o seu papel interventivo.

Por isso, o presente Plano Estratégico pretende constituir um guião de actuação do Gabinete Central de Combate à Corrupção como instrumento do Estado Moçambicano no relativo : *i)* à revisão do pacote de legislação Anti-corrupção; *ii)* ao reforço do papel do GCCC, enquanto órgão especializado do Ministério Público para o combate à corrupção; *iii)* à dinamização da adopção de políticas e estratégias; *iv)* à implementação das políticas e estratégias de prevenção e combate à corrupção; *v)* à concepção e implementação, na área de prevenção, de planos de acção harmonizados e uniformizados; *vi)* à monitoria das acções a realizar por todos os sectores do Estado; *vii)* à concretização das medidas de controlo interno adoptados para todas as instituições do Estado .

Nesta senda, o Plano Estratégico do GCCC 2018-2022 deverá assentar nos seguintes pressupostos fundamentais:

Visão, missão e valores: Para que tais valores tenham sentido, importa respeitar a nobre função do GCCC, como órgão especializado do Ministério

Público que tem por função a prevenção e combate dos crimes de corrupção, peculato, participação económica ilícita, tráfico de influência e enriquecimento ilícito e conexos²:

- A Visão do GCCC, como órgão de referência na prevenção e no combate à corrupção;
- A Missão do GCCC, alicerçada com base nas suas competências legais, nomeadamente, a de propor políticas e estratégias visando a prevenção e repressão dos casos de corrupção e conexos;
- Os Valores do GCCC, que representam os instrumentos orientadores e caracterizadores, tanto de atitude institucional e dos efeitos desejados, como da mensagem a transmitir aos respectivos destinatários.
- Nesta perspectiva incumbe-lhe:
- Apresentar propostas de medidas susceptíveis de conduzir à eliminação dos crimes de corrupção, concussão e peculato;
- Coordenar as actividades que tenham por objecto a prevenção e repressão dos crimes de corrupção, concussão e peculato;
- Propor ao Procurador-Geral da República as providências necessárias sobre o prosseguimento das investigações no estrangeiro e acordar as formas de actuação, em coordenação com as autoridades competentes dos respectivos Estados, no caso de crimes de corrupção, concussão e peculato;
- Contribuir para a formação de pessoal especializado em prevenção e investigação dos crimes de corrupção, concussão e peculato.

²Mantemos esta construção por ter a convicção de que a Lei n.º 4/2017s virá a ser objecto de uma revisão pontual.

6. Quadro lógico do Plano Estratégico

6.1. Pilares estratégicos

Para alcançar os objectivos que corporizam a missão do GCCC, a Estratégia deste órgão do Estado tem de assentar em quatro grandes pilares, a saber:

- Quadro da legislação Anti-corrupção;
- Políticas, Estratégias e Planos de acção;
- Prevenção e Combate à corrupção;
- Desenvolvimento institucional.

6.2. Objectivos estratégicos, actividades principais e resultados

6.2.1. Primeiro Pilar – Quadro da legislação Anti-corrupção

Objectivo Estratégico 1.1	Reforçar e ampliar as medidas legais de criminalização em relação aos actos praticados a nível do sector privado merecedores de censura jurídico-criminal;
Objectivo Estratégico 1.2	Melhorar o quadro legal existente, tendo em vista a punição efectiva da corrupção e crimes conexos.
Objectivo Estratégico 1.3	Analisar e avaliar a implementação efectiva das medidas legais em vigor, por parte dos seus aplicadores.

Neste pilar inscreve-se a legislação vigente no país e as acções que terão de ser realizadas para que aquela se torne mais abrangente, a fim de garantir a diminuição do fenómeno da corrupção e tornar mais eficaz o seu combate. A dinâmica da vida económico-social impõe uma actualização permanente da legislação, o que se traduz na necessidade do reforço das medidas legais.

Reforço das medidas legais

A nível legislativo, o nosso país já alcançou avanços assinaláveis. Contudo, exige-se um esforço permanente de adopção de medidas legais de reforço, tendentes a abranger áreas que escapam ao tratamento criminal, em obediência à característica do direito penal dominado pelo princípio da tipicidade, segundo o qual, só existe crime quando, por lei, se ache previsto como tal.

Assim sendo, nesta esteira, deve-se continuar a aperfeiçoar sempre a nossa legislação Anti-corrupção, mesmo que, à primeira vista, possa parecer que ela abrange todas as situações passíveis de criminalização. A este propósito, anote-se que, na descrição das actividades principais, são enumerados vários casos de falta de previsão legal quanto a actos praticados pelo sector privado passíveis de censura jurídico-criminal.

Neste sentido, impõe-se que seja feita uma análise de eventuais lacunas que o sistema Anti-corrupção possa comportar.

Em termos gerais, as leis que integram o sistema Anti-corrupção, também devem ser revistas, para melhor se as conformar com os pertinentes instrumentos internacionais, em especial a CNUCC³.

Resultados

- Analisada e avaliada a implementação efectiva das medidas legais em vigor;
- Legislação revista, ampliada e melhorada;
- Estimulada a credibilidade do Estado moçambicano no concerto das nações.

Actividades principais

- Fazer o levantamento das condutas passíveis de tipificação como actos de corrupção praticadas pelo sector privado não previstos na legislação em vigor, em coordenação com o Instituto de Directores de Moçambique;
- Avaliar a aplicação da lei penal vigente recentemente revista e as suas virtudes no contexto prático quanto aos crimes de corrupção;
- Propor a melhoria do tratamento no Código Penal da questão relacionada com a actividade do sector privado, nomeadamente, os actos que possam constituir crime de corrupção;
- Conceber e propor medidas legais que contemplem uma previsão mais abrangente de criminalização de actos praticados a nível do sector privado;
- Esboçar e propor os termos de referência para a elaboração de medidas legais de criminalização de actos praticados a nível do sector privado, clarificando por lei questões, tais como:
 - Comissões, se excluídas ou incluídas ou mantidas como crime de corrupção;
 - Gorjetas, se admissíveis ou não em facturas, como acontece em alguns países pelo mundo fora, sobretudo, no domínio da hotelaria e restauração, e respectiva proporção (taxa percentual).

³ Visão geral e análise do pacote legislativo anticorrupção de Moçambique – Conclusões, Pedro Gomes Pereira e João Carlos Trindade, 14 de Fevereiro de 2011.

E preenchendo lacunas legais relacionadas com:

- Necessidade de criminalizar as situações de viciação ou não observância fraudulenta das regras de concurso público, com o objectivo de favorecer um agente económico;
- Necessidade de criminalizar a prática de sobrefacturação de bens e serviços prestados por parte de agentes económicos, em conluio com servidores públicos;
- Necessidade de criminalizar as situações em que nos concursos públicos, de forma intencional e fraudulenta, os agentes económicos apresentam propostas de menor valor para serem classificados em primeiro lugar, surgindo posteriores adendas, que empolam o fornecimento de bens ou a prestação de serviços, em conluio com servidores públicos;
- Necessidade de criminalizar as situações em que, de forma conluída, o fornecimento de bens ou prestação de serviços é atribuído a empresa pertencente a servidor público, a seu familiar ou amigo;
- Necessidade de criminalizar as situações em que se recorre, de forma ilegal e abusiva, ao ajuste directo com o intuito de beneficiar ilicitamente um agente económico;
- Necessidade de criminalizar a situação de pagamento antecipado e integral do bem ou serviço a fornecer ou a prestar por agente económico, em violação das regras de procurement;
- Necessidade de criminalizar a situação em que o agente económico fornece, intencionalmente, quantidades menores de bens em relação ao especificado pela respectiva instituição, apresentando factura pelos valores requisitados ou de qualidade inferior, ou presta serviços de qualidade inferior à descrita nos cadernos de encargos, em conluio com servidor público.

Ao mesmo tempo, no âmbito da revisão da legislação em vigor, impõe-se também a necessidade de:

- Privilegiar punições com multas pesadas nos crimes de corrupção e multas e reposição integral dos valores nos crimes de peculato e concussão, como medida complementar à pena de prisão efectiva;
- Prever a figura do arresto ou da apreensão preventiva de bens, nos casos de crimes de corrupção, peculato e concussão e nos crimes conexos;

- Se proceder ao agravamento das penas de prisão no caso em que os autores dos crimes de corrupção, aceitação de oferecimento ou promessa e de enriquecimento ilícito sejam servidores públicos que exerçam funções de chefia ou direcção ou sejam dirigentes de instituições;
- Se estabelecer o princípio de que nos crimes de corrupção, peculato, concussão e crimes conexos não há lugar a suspensão da pena de prisão nem à sua substituição por medidas alternativas à de prisão.

6.2.2. Segundo Pilar – Políticas, Estratégias e Planos de acção

Objectivo Estratégico 2.1	Aprovar Políticas e Estratégias, adequar o quadro legal e implementá-las através de planos de acção.
---------------------------	--

Um eficaz combate à corrupção exige que se definam grandes linhas orientadoras expressas numa Política Nacional e em Estratégias que materializem os princípios definidos na citada Política.

Anote-se que a Política e as Estratégias têm de revestir necessariamente um carácter amplo e abrangente, não se podendo circunscrever ao aparelho de Estado, como até ao presente momento se verifica. Elas têm de abranger todas as instituições do Estado, os Institutos e as empresas públicas, bem como o sector privado.

E, por sua vez, a implementação das mencionadas Estratégias terá de ser concretizada através de planos de acção.

Resultados

- Política e Estratégia nacional elaboradas e aprovadas;
- Concebidas as grandes linhas orientadoras dos planos de acção;
- Criadas condições para um combate mais eficaz do fenómeno de corrupção;
- Reforçada a prevenção e combate à corrupção em todos os sectores do Estado;
- Criadas condições que facilitam a adopção de políticas e estratégias de prevenção e combate à corrupção;
- Criado o quadro regulador das intervenções na implementação da Política Nacional;
- Realizadas acções de prevenção e combate à corrupção com maior eficácia e eficiência.

Actividades Principais

- Conceber e propor a adopção da Política e Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à Corrupção;
- Conceber as grandes linhas orientadoras dos planos de acção harmonizados com a Política e Estratégia Nacional de Combate à Corrupção;
- Propor a revisão do quadro legal no relativo às competências relacionadas com a implementação de políticas no âmbito da prevenção;
- Propor a ampliação das competências do GCCC no âmbito da elaboração de políticas e estratégias relativas à prevenção e combate à corrupção.

6.2.3. Terceiro Pilar – Prevenção e combate à corrupção

Este Pilar abrange as seguintes componentes:

- Área de prevenção;
- Área de combate à corrupção;
- Área de investigação, instrução e acção penal.

E, do ponto de vista de acções a realizar no domínio da prevenção e combate à corrupção, elas estruturam-se nas seguintes actividades principais:

- Reforço das medidas legais;
- Reforço da prevenção da corrupção;
- Reforço do combate à corrupção.

6.2.3.1. Componente do reforço das medidas de prevenção da corrupção – Área de Prevenção

Objectivo Estratégico 3.1.1	Aperfeiçoar, harmonizar e estender os planos de acção no âmbito da prevenção a todas instituições do Estado.
Objectivo Estratégico 3.1.2	Aprofundar o conhecimento do fenómeno e das causas da corrupção.
Objectivo Estratégico 3.1.3	Diminuir o fenómeno da corrupção nas instituições do Estado.
Objectivo Estratégico 3.1.4	Diminuir os focos de corrupção na prestação de serviços e fornecimento de bens e serviços às instituições do Estado.
Objectivo Estratégico 3.1.5	Tornar mais eficaz a informação e a comunicação, a intervenção da sociedade e do sector privado nas acções de prevenção.
Objectivo Estratégico 3.1.6	Fortalecer o envolvimento e a parceria com o Governo, a sociedade e o sector privado nas acções de prevenção.
Objectivo Estratégico 3.1.7	Incorporar técnicos especializados no Quadro de Pessoal do GCCC.

As acções de prevenção da corrupção têm sido vistas, até ao presente momento, pelos diversos órgãos e instituições do Estado, como uma função que pertence mais ao GCCC, razão pela qual se alheiam da sua participação activa e dinâmica e assumindo-se mais como participantes passivos na realização da actividade de prevenção.

De acordo com a Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (United Nations Convention Against Corruption) de 31 de Outubro de 2003, de que Moçambique é parte e que entrou em vigor em 29 de Dezembro de 2006, através da Resolução n.º 31/2006, da Assembleia da República, impõe-se aos Estados e seus órgãos o dever de prevenir e combater o fenómeno da corrupção.

Com efeito, a citada Convenção prevê que os Estados Partes implementem políticas efectivas contra a corrupção que incentivem a participação dos

cidadãos e da sociedade no contexto da promoção da integridade e da transparência, para prestígio dos Estados e prestação de contas sobre o bem público.

A citada Convenção recomenda também a tomada de medidas para a selecção e recrutamento de recursos humanos com base em critérios objectivos de mérito, bem como o incremento de medidas de fomento da denúncia de casos de corrupção por parte de funcionários e agentes ou simples servidores ocasionais do Estado, medidas que, no nosso caso, muitas delas se mostram plasmadas na Lei de Probidade Pública.

A Convenção recomenda ainda o reforço do sistema de administração da justiça criminal para dar resposta ao fenómeno da corrupção, bem como insta os Estados Partes a adoptar medidas para a prevenção da corrupção no sector público e no sector privado, com destaque para a elevação dos padrões de auditoria no aparelho de Estado e de contabilidade das empresas, aprovar sanções civis, que incluam a reposição dos activos desviados, sanções administrativas e criminais efectivas como factor inibidor de futuras acções.

Ao mesmo tempo, as acções de prevenção e combate à corrupção deverão ser holísticas e dirigidas ao envolvimento de todos os órgãos do Estado e à escala nacional, descendo até à organização de base do Estado, ao cidadão e à sociedade no seu todo.

O SISTAFE, na sua concepção actual, não impede que sejam retirados valores do erário público pelos operadores e utentes do sistema, parecendo que o Estado se contenta com o detectar dessas fraudes *a posteriori*, portanto, depois de desviados e utilizados os recursos que tanta falta fazem para a realização das despesas públicas planificadas. É verdade que o MEF tem sensibilidade para este problema, tendo até recentemente anunciado a adopção de medidas correctivas. Porém, há que prever a melhoria do sistema de mecanismos que obstem, de forma eficaz, à retirada ilícita de fundos não compreendidos no volume programado, desafio que se coloca aos técnicos e mentores do citado programa.

As acções de prevenção, privilegiando a integridade, a ética e deontologia deverão abranger o sector da Educação, que terá de contemplar na reforma curricular matérias relacionadas com tais valores, enquanto programa do Governo e não como produto de simples memorando assinado entre o GCCC e o MEDH. Há que realizar também acções de educação fiscal e de cidadania fiscal, enquanto programa do Governo e efectuar acções de reforma do SISTAFE.

Em paralelo, há que garantir o pleno funcionamento dos mecanismos de controlo interno. Há que adoptar acções de melhoramento da transparência

nos concursos de contratação de bens e prestação de serviços e de combate ao tráfico de influências, de aperfeiçoamento do funcionamento das UGEA's e da melhoria da celeridade na detecção de desvios de valores do erário público.

Principais acções a realizar:

- Formação de formadores e divulgadores de acções de prevenção;
- Produção de produtos audiovisuais e de material gráfico contendo mensagens de educação cívica;
- Melhorar o SISTAFE, de forma a estancar a hipótese de retirada de valores fora da previsão legal (MEF);
- Reforma curricular do ensino primário e secundário, contemplando matérias relacionadas com a integridade, ética e deontologia, de modo a contribuir para que a criança cresça no respeito pelo bem comum (MEDH);
- Reforma do Decreto nº 5/2016, de 8 de Março, Regulamento de Contratação e Empreitada de Obras Públicas, Fornecimento de Bens e Prestação de Serviços ao Estado, no que se relaciona com medidas de vigilância popular para incremento da transparência (MEF e MO-PRH);
- Definição e reforço das funções do Estado, no âmbito da inspecção administrativa no Aparelho de Estado, nomeadamente, Inspecção-geral de Finanças, Inspecção das Actividades Económicas e órgãos de auditorias sectoriais do Estado (MEF e MAEFP);
- Prever, na estrutura do Estatuto Orgânico do GCCC, a unidade de recuperação de activos.

Resultados

- Revisto o quadro legal relativo a competências;
- Revisto o quadro orgânico do GCCC, transformando-se a Área de Prevenção numa unidade orgânica, directamente subordinada ao respectivo Director;
- Estratégias e planos de acção criados, permitindo uma maior eficácia na prevenção da corrupção;
- Estabelecidas as regras de monitoria das acções de prevenção realizadas pelas instituições públicas e privadas;
- Elaborados pelas instituições do Estado, em coordenação com o GCCC, planos de acção anuais mais eficazes de prevenção;
- Envolvido o sector privado na elaboração dos planos de acção de prevenção;

- Melhoradas as acções de controlo relativamente à actividade realizada pelos funcionários públicos;
- Preparados para fazer face ao fenómeno da corrupção sectores e funcionários cuja actividade implique contacto com o público;
- Dotados os sectores públicos de um sistema de mecanismos de transparência e métodos de redução de vulnerabilidade ao fenómeno da corrupção;
- Reforçada a acção de elevação da consciência individual e institucional no aparelho do Estado através de acções de formação específica;
- Reforçada a acção de controlo e diminuídos os actos de corrupção nas instituições do aparelho de Estado;
- Acções específicas de prevenção concebidas de forma a abranger as várias instituições do Estado e o sector privado fornecedor de bens e serviços;
- Diminuído o foco de actos de corrupção relacionados com a prestação de bens e serviços;
- Diversificadas e intensificadas as mensagens de informação sobre o papel do GCCC no âmbito da prevenção, com recurso a técnicas especializadas de comunicação;
- Formados agentes sensibilizadores de medidas de prevenção;
- Maior participação da sociedade e do sector privado nas acções que conduzam à eliminação do fenómeno da corrupção;
- Estabelecidos acordos com a sociedade civil e o sector privado para o envolvimento e parceria na implementação de acções de prevenção da corrupção;
- Incorporado pessoal especializado no Quadro do GCCC para a realização de planos e acções anuais de prevenção.

Actividades principais

- Alterar a legislação no relativo ao papel do GCCC na elaboração de planos de acção e monitoria no âmbito da prevenção;
- Rever o quadro legal relativo às competências do GCCC no relativo à coordenação com as instituições do Estado;
- Dar maior relevância ao papel do GCCC como órgão de direcção na área de prevenção da corrupção;
- Criar a unidade orgânica de prevenção;

- Institucionalizar e planificar, de forma coordenada, as acções anuais a levar a cabo pelo GCCC e pelas instituições do Estado;
- Envolver o sector privado na elaboração e concretização dos planos de acção de prevenção;
- Coordenar e monitorar os planos de acção sectoriais anuais no domínio da prevenção;
- Actualizar os sectores estratégicos do Estado, definidos pelo Governo, no contexto da prevenção e combate à corrupção, saindo da tradicional referência à Saúde, Educação, Finanças, Justiça e Interior, para uma indicação mais dirigida, especificada e abrangente;
- Melhorar a concepção dos planos de acção relativos à prevenção;
- Realizar um estudo aprofundado sobre o fenómeno da corrupção e a identificação das suas causas;
- Adoptar acções de controlo relativamente à actividade realizada pelos funcionários públicos;
- Dinamizar a introdução em todos os balcões de atendimento público do sector do Estado de mecanismos que contribuam para a diminuição da corrupção;
- Melhorar os sistemas de atendimento público com introdução de regras transparentes e métodos de redução da vulnerabilidade ao fenómeno de corrupção, com recurso ao uso de TIC's;
- Realizar acções formativas tendentes a elevar a consciência individual e institucional na realização das tarefas e funções no aparelho do Estado;
- Garantir o controlo hierárquico dos actos dos funcionários e das instituições;
- Conceber acções específicas de prevenção, abrangendo as várias instituições do Estado e o sector privado fornecedor de bens e serviços;
- Promover a implementação de acções de controlo da actividade exercida pelas UGEA's;
- Promover a adopção de mecanismos rigorosos de controlo na realização de concursos públicos;
- Promover e incentivar o cumprimento rigoroso das normas legais relativas aos concursos públicos e dos processos de contratação;

- Adoptar mensagens mais objectivas e claras com recurso a meios especializados;
- Criar uma estratégia de comunicação e desenvolvimento de planos adequados que permitam maior eficácia na mensagem e mais fácil mobilização de recursos para a sua viabilização;
- Realizar acções de formação dos agentes sensibilizadores de medidas de prevenção;
- Mobilizar a sociedade e o sector privado para participar nas acções de prevenção;
- Estabelecer parcerias com o sector privado para a realização de acções coordenadas no âmbito da prevenção;
- Ajustar o Quadro de pessoal às necessidades da área de prevenção;
- Recrutar e capacitar pessoal especializado.

6.2.3.2. Componente do reforço de medidas de combate à corrupção – Área de combate à corrupção

Objectivo Estratégico 3.2.1	Fortalecer a coordenação e a cooperação inter-institucional entre o GCCC e as diferentes instituições do Estado no combate à corrupção.
Objectivo Estratégico 3.2.2	Reforçar a capacidade técnica do GCCC no combate à corrupção.
Objectivo Estratégico 3.2.3	Fortalecer o envolvimento e a parceria das instituições públicas, da sociedade e do sector privado nas acções de combate à corrupção.
Objectivo Estratégico 3.2.4	Elevar a coordenação e colaboração com organizações internacionais ligadas ao combate à corrupção.
Objectivo Estratégico 3.2.5	Usar de forma combinada tecnologias de informação e técnicas de comunicação e difusão de informação para melhorar a celeridade no andamento dos processos.
Objectivo Estratégico 3.2.6	Eliminar a fuga de informação e assegurar que os seus autores sejam punidos.

O combate à corrupção em Moçambique, apesar dos vários avanços alcançados com a instauração de processos mediatizados envolvendo quadros dirigentes aos vários níveis, teima em surtir efeitos reduzidos, a avaliar pela continuação dos desvios de valores do erário público que estavam destinados a diversas despesas públicas.

Contrariamente aos factos, persiste a percepção popular de que a punição incide apenas sobre o crime formigueiro, escapando, neste domínio, à acção repressiva a chamada alta criminalidade. Para responder a este clamor popular pela sede de justiça, não se pode correr à busca de resultados para mostrar serviço, pois os processos são reportório do respeito que se impõe dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos, de que a imagem e o bom nome são a ponta do iceberg.

De qualquer modo, há que reconhecer que são vários os ganhos obtidos pelo GCCC, que importa valorizar. Assim sendo, no domínio da repressão contra a corrupção e crimes conexos, impõe-se:

Resultados

- Estabelecidos os mecanismos para cumprimento do princípio legal da obrigatoriedade de comunicação de casos de corrupção ao GCCC;
- Casos de corrupção detectados comunicados atempadamente ao GCCC;
- Magistrados e investigadores formados e capacitados em matérias de combate à corrupção;
- Melhorada a qualidade da investigação, instrução e acusação e garantida maior celeridade processual;
- Condições de trabalho melhoradas e bom desempenho estimulado;
- Acções conjuntas com as instituições do Estado e com o sector privado realizadas no âmbito do combate à corrupção;
- Maior eficácia do combate à corrupção;
- Reforçado o controlo interno nas instituições do Estado;
- Aumento da denúncia de casos de corrupção por parte dos cidadãos;
- Institucionalizado o uso de TIC's no GCCC para conhecimento mais exacto da tramitação dos processos;
- Melhorada a monitoria da tramitação dos processos;
- Elevada a divulgação dos processos concluídos;

- Mecanismos rigorosos de controlo e de punição dos autores de fuga de informação adoptados;
- Diminuída a fuga de informação relativa a denunciantes.
- Actividades principais
- Definir e institucionalizar mecanismos de coordenação e articulação do GCCC com as diferentes instituições do Estado;
- Manter o GCCC permanentemente informado sobre os processos de corrupção e sobre a conclusão final dos mesmos;
- Monitorar o processo de comunicação sobre casos de corrupção constatados nas instituições do Estado;
- Adoptar medidas de obrigatoriedade da comunicação pelas diversas instituições do Estado ao GCCC dos casos que indiciem crimes de corrupção, de modo que tal procedimento não fique dependente da ponderação do respectivo dirigente;
- Melhorar a coordenação inter-institucional com vista a acelerar o combate à corrupção nos vários sectores do Estado;
- Criar um sistema de monitoria do processo de comunicação;
- Dar continuidade e reforçar as acções de formação e capacitação;
- Melhorar a qualidade da investigação, instrução e acusação e elevar a celeridade processual;
- Criar melhores condições de trabalho;
- Concretizar acções conjuntas com as instituições do Estado e com o sector privado no âmbito do combate à corrupção;
- Introduzir mecanismos para incentivar o envolvimento da sociedade e do sector privado no combate à corrupção;
- Fortalecer a integridade dos intervenientes no funcionamento dos sectores envolvidos;
- Promover o reforço das acções de controlo interno pelas instituições do Estado, nomeadamente, inspectivas e de auditoria interna;
- Adoptar acções de mobilização do cidadão para o uso da linha verde para denúncia de actos de corrupção;
- Concretizar a coordenação e colaboração com instituições internacionais ligadas ao combate à corrupção;

- Introduzir mecanismos institucionais que garantam o conhecimento exacto dos casos de corrupção que correm pelas Procuradorias;
- Estabelecer mecanismos inter-institucionais que permitam conhecer o andamento dos processos e a tomada de decisão pelos tribunais em relação aos casos de corrupção;
- Adoptar mecanismos eficazes de difusão generalizada de comunicação e de informação sobre os casos de corrupção concluídos;
- Adoptar mecanismos de eliminação de fuga de informação;
- Adoptar medidas de protecção e sigilo que permitam estimular a participação do cidadão na denúncia e combate a corrupção.

6.2.3.3. Componente da Área de investigação, instrução e acção penal

Objectivo Estratégico 3.3.1	Assegurar maior acompanhamento do GCCC em relação aos processos de corrupção em todas as suas etapas.
Objectivo Estratégico 3.3.2	Elevar a capacidade técnica especializada do MP para a investigação, instrução e acusação de processos de corrupção.
Objectivo Estratégico 3.3.3	Melhorar a qualidade da investigação e instrução.

Resultados

- Garantida a presença do agente do MP instrutor do processo na fase de julgamento;
- Criada a unidade de supervisão e introduzidos os mecanismos de supervisão e monitoria dos processos em fase de tramitação;
- Priorizado o julgamento de processos relativos a casos de corrupção ou criadas secções especializadas nos tribunais;
- Elevada e melhorada a qualidade técnica e a produtividade dos quadros afectos à área de investigação, instrução e acusação;
- Melhorada a qualidade da investigação e instrução;
- Aumentada a quantidade de processos investigados, instruídos e acusados;
- Melhorada a capacidade destas áreas em meios materiais.

Actividades principais

- Concretizar o acompanhamento dos processos em fase de julgamento pelo magistrado que instruiu e acusou o processo;

- Propor a criação da unidade de supervisão de processos, dotada de pessoal especializado;
- Adoptar mecanismos de supervisão e monitoria dos processos em fase de investigação e instrução;
- Dotar o GCCC de maior capacidade de supervisão dos processos remetidos a tribunal e julgados;
- Introduzir mecanismos que garantam maior celeridade dos processos pendentes no GCCC, nos GPCC's, nas Procuradorias e nos Tribunais;
- Introduzir mecanismos que garantam o aumento da produtividade dos quadros afectos à área de investigação, instrução e acusação;
- Estabelecer mecanismos de articulação com os tribunais para que seja priorizado o julgamento de processos relativos a casos de corrupção ou criadas secções especializadas;
- Desenvolver programas contínuos de formação e capacitação de magistrados do MP, investigadores e juizes que lidam com casos de corrupção;
- Capacitar permanentemente os magistrados e os investigadores do GCCC e os magistrados afectos às Procuradorias na área de combate à corrupção, e de investigação e instrução processual;
- Dotar o GCCC de quadros especializados;
- Proceder à desaccumulação de funções por parte de magistrados;
- Recrutar e preencher o quadro de pessoal actual;
- Adquirir equipamento apropriado para a investigação.

6.2.4. Quarto Pilar – Desenvolvimento institucional

Este Pilar desdobra-se em quatro componentes, a saber:

- Quadro institucional;
- Organização interna e recursos humanos;
- Infra-estruturas e equipamento;
- Meios financeiros.

6.2.4.1. Componente do Quadro Institucional

Objectivo Estratégico 4.1.1	Ampliar a estrutura orgânica do GCCC.
Objectivo Estratégico 4.1.2	Ampliar a acção do GCCC no território através do desenvolvimento local da instituição.
Objectivo Estratégico 4.1.3	Desenvolver programas de difusão de políticas, estratégias, competências e missão do GCCC.

Resultados

- Estrutura orgânica e quadro orgânico do GCCC, revistos e ampliados;
- Criadas condições para a instalação de novos GPCCs e GDCCs em locais estratégicos;
- Realizados programas de difusão de políticas, estratégias e competências do GCCC, para conhecimento generalizado dos cidadãos e da sociedade.

Actividades principais

- Rever a concepção da área de prevenção transformando-a numa unidade orgânica mais forte, dotada de pessoal especializado e de competências apropriadas;
- Criar a unidade de coordenação das áreas de investigação, instrução e acção penal;
- Estabelecer as regras de coordenação em cada uma das áreas previstas no quadro orgânico do GCCC;
- Definir um sistema de monitoria dos processos em fase de investigação e instrução;
- Criar as unidades de recuperação de activos, de comunicação e de cooperação;
- Criar a unidade de supervisão de processos, dotada de pessoal especializado;
- Rever o quadro legal no relativo a competências relacionadas com a implementação de políticas no âmbito da prevenção e combate à corrupção;
- Ampliar as competências do GCCC no domínio da elaboração de políticas e estratégias relativas à prevenção e combate à corrupção;
- Rever o quadro legal relativo às competências do GCCC no que tange à coordenação com as instituições do Estado;

- Rever o papel do GCCC como órgão de direcção da prevenção da corrupção;
- Definir e estabelecer as Províncias e Distritos considerados estratégicos;
- Definir as prioridades e a respectiva calendarização;
- Prever o respectivo impacto orçamental;
- Criar as condições para a instalação de novos GPCCs e GDCCs, em algumas províncias e distritos considerados estratégicos, nos casos devidamente justificados;
- Conceber novas políticas e estratégias de comunicação e de informação;
- Conceber programas de difusão das políticas, estratégias e competências do GCCC de forma apropriada, nomeadamente, na vertente de palestras/reuniões com as comunidades, escolas, AT, CTA, etc. e na vertente de folhetos/spots/mensagens via imprensa escrita/TV/rádio.

6.2.4.2. Componente de organização interna e recursos humanos

Objectivo Estratégico 4.2.1	Adequar a organização do GCCC à fase actual e dotá-lo de meios humanos para o seu normal funcionamento.
Objectivo Estratégico 4.2.2	Reforçar a gestão de informação interna do GCCC.
Objectivo Estratégico 4.2.3	Dotar o GCCC com capacidade técnica humana adequada em quantidade, especialidades, qualidade e devidamente incentivada.

Resultados

- Quadro organizacional do GCCC alterado e adequado;
- Melhorado o sistema de informação interna do GCCC;
- Criado um sistema de tratamento de dados estatísticos harmonizado com o existente na PGR e Tribunal Supremo;
- Melhorada a qualidade de informação e tratamento de dados estatísticos;
- Quadro de Pessoal revisto e adequado;

GCCC dotado com técnicos qualificados, através da capacitação dos existentes e do recrutamento de novos;

Elevada a qualidade técnica dos quadros do GCCC;

Quadro regulador de incentivos estabelecido.

Actividades principais

- Elaborado um novo quadro organizacional do GCCC;
- Melhorar o sistema de processamento e tratamento de dados estatísticos;
- Introduzir um sistema de tratamento de dados estatístico harmonizado com o existente na PGR e Tribunal Supremo;
- Desenvolver e consolidar o sistema de informação estatística da instituição;
- Recrutar técnicos especializados em estatística;
- Prever no quadro de pessoal as categorias de assessor, auditor, investigador criminal, técnicos de estatística, técnicos de comunicação e especialistas de cooperação;
- Capacitar os quadros para responder às actuais necessidades do GCCC;
- Recrutar novos técnicos;
- Estabelecer um plano de formação estruturado e contínuo, que dê resposta às necessidades da instituição em conhecimentos técnicos gerais e especializados;
- Realizar a acção formativa, de modo estruturado e perspectivado em função das necessidades do GCCC;
- Elevar a formação dos quadros da SERNIC afectos à área de investigação e instrução;
- Elaborar um quadro regulador claro de incentivos, incluindo situações específicas, bem como introduzir procedimentos para a actualização regular da progressão nas carreiras.

6.2.4.3. Componente de Infra-estruturas e equipamento

Objectivo Estratégico 4.3.1	Melhorar as condições e ambiente de trabalho
-----------------------------	--

Resultados

- Quadro organizacional do GCCC alterado e adequado;
- Melhorado o sistema de informação interna do GCCC;

- Criado um sistema de tratamento de dados estatísticos harmonizado com o existente na PGR e Tribunal Supremo;
 - Melhorada a qualidade de informação e tratamento de dados estatísticos;
 - Quadro de Pessoal revisto e adequado;
- GCCC dotado com técnicos qualificados, através da capacitação dos existentes e do recrutamento de novos;
- Elevada a qualidade técnica dos quadros do GCCC;
- Quadro regulador de incentivos estabelecido.

Actividades principais

- Elaborado um novo quadro organizacional do GCCC;
- Melhorar o sistema de processamento e tratamento de dados estatísticos;
- Introduzir um sistema de tratamento de dados estatístico harmonizado com o existente na PGR e Tribunal Supremo;
- Desenvolver e consolidar o sistema de informação estatística da instituição;
- Recrutar técnicos especializados em estatística;
- Prever no quadro de pessoal as categorias de assessor, auditor, investigador criminal, técnicos de estatística, técnicos de comunicação e especialistas de cooperação;
- Capacitar os quadros para responder às actuais necessidades do GCCC;
- Recrutar novos técnicos;
- Estabelecer um plano de formação estruturado e contínuo, que dê resposta às necessidades da instituição em conhecimentos técnicos gerais e especializados;
- Realizar a acção formativa, de modo estruturado e perspectivado em função das necessidades do GCCC;
- Elevar a formação dos quadros da SERNIC afectos à área de investigação e instrução;
- Elaborar um quadro regulador claro de incentivos, incluindo situações específicas, bem como introduzir procedimentos para a actualização regular da progressão nas carreiras.

6.2.4.3. Componente de Infra-estruturas e equipamento

Objectivo Estratégico 4.4.1	Dotar o GCCC de recursos financeiros suficientes para a implementação do PE, desenvolvendo acções de concertação com as entidades relevantes para a obtenção de recursos financeiros.
-----------------------------	---

Resultados

- Mobilizados os devidos recursos financeiros.

Actividades principais

- Mobilizar os necessários recursos financeiros.

7. Mecanismos de implementação

Implementar um Plano Estratégico, num ambiente que se mostra complexo e dinâmico, constitui um processo que requer a adopção de mecanismos de implementação simples, práticos e eficazes, que considerem os potenciais obstáculos, pressupostos; instrumentos de suporte e mecanismos de implementação e os aspectos de monitoria e avaliação pertinentes.

Potenciais obstáculos e pressupostos à implementação

A implementação do Plano Estratégico, por não constituir um processo linear, certamente enfrentará obstáculos de vária ordem. Por isso, é importante antevê-los, como forma de envolver os implementadores desde o início do processo e, deste modo, iniciar uma preparação prévia para os enfrentar.

Dentre os principais obstáculos que se poderão levantar ao GCCC, são de destacar os seguintes: *a)* deficiente divulgação e avocação da estratégia; *b)* resistência à mudança; *c)* mecanismos de incentivos inadequados; *d)* falta de apoio institucional; *e)* inadequada alocação de recursos; *f)* ausência de envolvimento dos funcionários-chave na implementação da estratégia.

O Plano Estratégico, no seu plano de acção, contempla já um conjunto de medidas visando a minimização destes factores, tanto no contexto interno, como no contexto externo.

Na implementação, há que manter a avaliação sobre até que ponto estes factores estão a ter influência na implementação e desempenho do Plano Estratégico, de forma a poderem ser reavaliadas formas adicionais de minimização.

Para o sucesso na implementação eficiente e eficaz do Plano Estratégico, considerou-se que alguns pressupostos devem ocorrer, de entre outros: *a)* o apoio da instituição para a sua implementação; *b)* que seja dada a atenção para, logo após a aprovação do Plano Estratégico e durante a fase inicial de implementação, se consolidarem os indicadores e a sua mensuração para sucesso no acompanhamento do plano; *c)* que as responsabilidades estejam claras, em todos os níveis da instituição; *d)* que se consolide a cultura organizacional em relação ao processo de implementação (coordenação, sistemas e fluxos de informação..); *e)* a previsão ou detecção atempada de ocorrência de eventos imprevistos (favoráveis ou não) para consideração no processo de implementação e medidas de actualização.

Instrumentos de suporte

Estrutura: O actual quadro orgânico do GCCC e o seu enquadramento institucional apresentam uma estrutura de distribuição de atribuições e funções

que, de certa maneira, influenciarão a implementação do Plano Estratégico. Nesta base, naturalmente, os sectores que lidam com as áreas mais sensíveis para o sucesso da implementação da estratégia, terão de ser chamados a envolver-se empenhadamente neste processo.

Embora se destaque a importância da estrutura na implementação do Plano Estratégico, esta variável desempenha apenas um papel de facilitador do processo, não constituindo um factor-chave para o seu sucesso.

Processos: Constitui um sistema de acções inter-relacionadas, que, de forma dinâmica, estão orientadas para a implementação do Plano Estratégico e o alcance dos seus objectivos específicos. Neste sentido, os elementos de entrada (conhecidos como factores) são transformados em elementos de saída (produtos), na sequência de um processo com participação de vários intervenientes.

Para uma maior eficiência e eficácia, os processos devem ser acompanhados por sistemas de controlo, que permitam que haja feedback permanente sobre o desempenho individual e do GCCC, como um todo. Por via disso, ficam reforçados os métodos de implementação, o que permite que a instituição adopte um sistema de correcção, para além de facilitar a adaptação e a aprendizagem organizacionais. Um aspecto importante, a reter neste processo, tem a ver com a necessidade de uma definição precisa e clara dos responsáveis pelo alcance dos objectivos e dos resultados.

Elemento humano: Os recursos humanos representam um factor essencial no processo de implementação do Plano Estratégico, podendo levar à alteração do quadro de pessoal existente no GCCC, através de acções, tais como: movimentação de quadros, novas contratações, programas de treinamento e de desenvolvimento, acompanhamento e assessoria e acções correctivas em relação aos funcionários com baixo desempenho.

Cultura: A abordagem cultural no processo de implementação pressupõe o alinhamento da cultura dos quadros do GCCC à estratégia adoptada.

A este propósito, importa ter presente que a eventual existência de uma cultura negativa muito forte, como dificuldade de operar mudanças para se ajustar à presente estratégia, pode abrir a possibilidade de tornar a instituição fechada à inovação.

Em contrapartida, o desenvolvimento de uma cultura positiva, de visão compartilhada, contribuirá para reforçar os comportamentos alinhados com os objectivos da instituição, o que concorrerá para que se atinja sucesso na implementação da estratégia.

Incentivos: Podem revestir carácter formal, do tipo de subida na carreira profissional, de diplomas de mérito, ou de natureza informal, como o reconhecimento público, não revestindo necessariamente forma pecuniária ou material.

Valorizar a prática de incentivos deve ser visto como um investimento do GCCC para o alcance dos resultados e não necessariamente como um custo adicional. Os incentivos contribuem para moldar o comportamento dos funcionários para os fins desejados, bem como ajudam a direccionar as acções, de forma consistente, para o alcance dos resultados desejados.

Os incentivos devem privilegiar o desempenho colectivo e o trabalho em equipa, pois, a fim de evitar que se tornem problemáticos. Um aspecto importante a reter é que os incentivos devem estar alinhados com a estratégia e também com a cultura, os valores e os processos do GCCC.

Recursos: Qualquer nova estratégia requer, de algum modo, realocação de recursos ou a aquisição de novos recursos. Para a implementação com sucesso do PE, o GCCC vai precisar de garantir recursos, tais como: financeiros, aumento de capacidades, informação, tecnologia e tempo por parte da direcção e de todos os funcionários envolvidos no processo. A disponibilidade destes recursos, deve ser entendida como facilitador do processo de implementação da estratégia, não devendo, entretanto, ser considerado como um factor-chave de sucesso.

Resultados: Todo o processo que levou à formulação deste Plano Estratégico do GCCC, com particular destaque para a abordagem adoptada, visou em última instância a obtenção de resultados específicos e não apenas meros resultados.

Os resultados a atingir, dentro de um determinado período de tempo de implementação, vão reflectir o grau de execução da estratégia, em termos de eficiência e eficácia.

Nessa base, torna-se possível aferir o nível de aceitação, o que permitirá medir se as mudanças ou os resultados são aceites por todos os interessados, uma vez que nem sempre o processo de implementação traz os resultados esperados.

Difusão e Comunicação

O conhecimento pleno do Plano Estratégicos, de maneira que ele possa ser implementado com eficiência, pressupõe que sejam adoptadas algumas acções práticas e outras de âmbito comportamental, nomeadamente:

- Difusão inicial junto dos principais intervenientes e mobilização do seu envolvimento (O Plano Estratégico estabelece, de forma pre-

liminar e indicativa, oportunidades de parceria e envolvimento dos diferentes actores);

- Operacionalização de estratégias de comunicação e divulgação junto das instituições e organizações envolvidas (com recurso a diferentes meios, tais como a produção e distribuição do próprio documento do PE, brochuras, campanhas de informação, Website do GCCC/PGR, página interactiva para o diálogo sobre o plano e a sua implementação, encontros, etc.);
- Desenvolver acções que resultem em mudança comportamental traduzida na compreensão e aceitação partilhada dos objectivos, prioridades e estratégias do Plano Estratégico e na mobilização da vontade e compromisso na fase da sua implementação. Esta estratégia de acção deve dar resposta às especificidades dos diferentes grupos alvo;
- Institucionalização da prática de diálogo regular com os diferentes sectores representativos da sociedade, na auscultação de problemas e respectiva consulta. Elevar o nível de diálogo dando-lhe maior profundidade, rigor e responsabilização dos intervenientes.

Mobilização de parcerias

O PE é um instrumento de planeamento que, no momento da sua concepção e elaboração, não tem todos os financiamentos já definidos e/ou assegurados para a carteira de projectos, situando-se, porém, globalmente em níveis de despesa pública e absorção de recursos provenientes dos parceiros estratégicos de cooperação, num cenário optimista. O seu financiamento completo só se viabiliza através de estabelecimento de compromissos de fundos do Estado e de parceiros internacionais.

Quadro Institucional

A existência de um Quadro Institucional adequado é crucial para assegurar a implementação, monitoria e avaliação do Plano Estratégico com sucesso. Deste modo, importa que os mecanismos operacionais de implementação sejam estabelecidos, de forma a assegurar a realização com eficácia das funções chave e necessárias para o sucesso da implementação do Plano Estratégico, nomeadamente:

- Supervisão e coordenação do Plano Estratégico;
- Implementação sectorial;
- Implementação provincial;
- Inclusão dos diferentes actores;
- Articulação e interacção dos intervenientes;
- Monitoria e Avaliação.

A seguir são detalhados os referidos mecanismos, tendo em consideração o seu papel no âmbito do processo de implementação:

Supervisão e Coordenação do Plano Estratégico

- A direcção e supervisão do Plano Estratégico é da responsabilidade do Director do GCCC;
- O PE, bem como as avaliações de médio prazo e final, devem ser, regularmente, submetidos ao Procurador-Geral da República, para conhecimento e acompanhamento.

Implementação ao nível do GCCC

- A coordenação global da implementação e a monitoria da execução são da competência do Chefe de Departamento de Planificação do GCCC, sugerindo-se o estabelecimento de um grupo técnico, com a presença do Assistente do Director e representação das áreas de Prevenção, Investigação e Instrução e Acção Penal, Cartório e das áreas de apoio (Departamento de Administração e Finanças, Departamento de Recursos Humanos, Departamento de Estatística). O grupo técnico deveria fazer a análise da proposta do plano anual e dos balanços de execução e elemento de ligação para os fluxos de informação necessários.
- Cada Chefe de Departamento ou responsável de Área deve elaborar o plano de acção detalhado, que permita estabelecer com clareza as actividades necessárias para a implementação do Plano Estratégico e sua consolidação no respectivo departamento.
- O Chefe de Departamento ou responsável de Área é responsável pela sua implementação e monitoria.
- O Chefe do Departamento de Planificação é responsável por elaborar os aspectos metodológicos e técnicos de suporte à implementação do plano e respectivo acompanhamento, em coordenação com os Departamentos e Áreas do GCCC.

Implementação sectorial

- Concretizando-se a sugestão da elaboração dos planos operacionais de implementação a nível sectorial, os respectivos responsáveis assumem a coordenação das respectivas componentes;
- A criação de um grupo interministerial, com técnicos representantes dos sectores, poderia ser interessante para harmonização dos programas e experiência de implementação.

Implementação provincial

- O Director do GPCC é responsável pela elaboração do Plano de acção provincial em conformidade com as orientações estratégicas do

PE, bem como pelo acompanhamento das acções do Plano Estratégico na sua área de jurisdição. No exercício desta responsabilidade, é apoiado pelo GCCC, a quem compete a responsabilidade operacional, nas suas áreas específicas, e a coordenação com as respectivas instituições de nível provincial.

A articulação e interacção com os diversos intervenientes

No processo de elaboração do Plano Estratégico, teve lugar uma ampla auscultação de vários intervenientes relevantes, sob liderança do GCCC. Seguindo a mesma metodologia de trabalho, a implementação do Plano Estratégico deverá assentar nos seguintes princípios:

- A gestão do Plano Estratégico será feita com base numa abordagem integrada e participativa, que permitirá um envolvimento mais activo e envolvente, da parte dos diversos intervenientes;
- Como forma de se garantir uma boa coordenação, participação e apropriação de todos os actores, o GCCC continuará a privilegiar plataformas inclusivas e participativas com o objectivo de alargar a cultura de participação das instituições, das organizações da sociedade civil, do sector privado e do cidadão, através de encontros e reuniões específicas;
- Em particular, deverá encorajar-se um maior envolvimento do sector privado, quer nas suas iniciativas próprias, quer em acções de parcerias;
- A comunidade económica e a comunidade académica deverão ser incorporadas na identificação e preparação de programas como forma de contribuírem com a sua experiência e conhecimento para um melhor desenho dos programas;
- No relacionamento com os parceiros de cooperação, o GCCC deverá elaborar os termos de referência a ser submetidos para efeito de realização de estudos, assistência técnica e, eventualmente, para a alocação de recursos financeiros destinados a uma implementação mais eficiente e eficaz do Plano Estratégico.

8. Monitoria e avaliação

As acções de monitoria e avaliação serão tratadas de forma mais detalhada e na especialidade, na parte relativa à avaliação. Neste momento, importa trazer apenas algumas dessas acções enquadradas no contexto de um conjunto de outras acções-chave a serem consideradas no âmbito do quadro institucional estabelecido.

Neste contexto, serão consideradas as seguintes acções:

- A monitoria e avaliação da implementação do Plano Estratégico são operacionalizadas anualmente através de relatórios;
- A meio do percurso, é realizada uma avaliação de meio-termo do Plano Estratégico, para avaliar a situação e o seu grau de progresso e, se necessário, tomar medidas de ajustamento e correcção;
- É realizada uma avaliação a final que permita, para além de avaliar a implementação no quinquénio, tirar lições para a elaboração de um novo Plano Estratégico para o período seguinte;
- O Procurador-Geral da República, pode constituir também um elemento importante na monitoria e acompanhamento da implementação do Plano Estratégico;
- Devem ser assinados memorandos durante a fase de difusão do Plano Estratégico, para explicitar compromissos institucionais mútuos;
- O PE, para além de definidor das acções internas, também é uma “umbrela” com definições sobre as grandes linhas de orientação e identificação preliminar de acções estruturantes, sendo importante o estabelecimento de planos de acção ao nível sectorial.

Por outro lado, o processo de monitoria e avaliação obedecerá a uma estrutura organizativa constante de uma matriz, na qual se mostrará reflectido o quadro mencionado na descrição estratégica, a propósito da abordagem das diversas componentes das grandes áreas do Plano Estratégico.

8.1. Primeiro Pilar – Quadro da Legislação Anti-Corrupção

Tabela 1 – Matriz de Monitoria: Primeiro Pilar – Quadro da Legislação Anti-Corrupção

8.1. 1.º Pilar – Quadro da Legislação Anti-Corrupção

Tabela 1 – Matriz de Monitoria: 1.º Pilar – Quadro da Legislação Anti-Corrupção

Componente	Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios De Verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
A nível do quadro legal de combate à corrupção.	Analisada e avaliada a implementação das medidas legais em vigor.	Fazer o levantamento das condutas passíveis de tipificação como actos de corrupção, praticadas pelo sector privado, não previsto na legislação em vigor, em coordenação com o Instituto de Directores de Moçambique.	Identificação dos casos ilícitos não previstos na legislação.	Sim/Não	Levantamento dos casos ilícitos não previstos na actual legislação.	Dezembro de 2018	GCCC	
		Avaliar a aplicação da lei penal vigente recentemente revista e as suas virtudes, no contexto prático, quanto aos crimes de corrupção.	Identificação das lacunas existentes na legislação vigente.	Sim/Não	Relatório da avaliação.	Dezembro de 2018	GCCC	
	Legislação revista, ampliada e melhorada e, consequentemente, estimulada a credibilidade do Estado moçambicano no concerto das nações.	Propor a melhoria do tratamento no Código Penal da questão relacionada com a actividade do sector privado, nomeadamente, os actos que possam constituir crime de corrupção. Conceber e propor medidas legais que contemplem uma previsão mais abrangente de criminalização de actos praticados a nível do sector privado. Esboçar e propor os termos de referência para a elaboração de medidas legais de criminalização de actos praticados a nível do sector privado, clarificando-os por lei.	Elaborada a proposta de alteração legislativa.	Sim/Não	Proposta de alteração legislativa submetida a PGR.	Dezembro de 2019	GCCC	PGR

8.2.2.º PILAR – POLÍTICAS, ESTRATÉGIAS E PLANOS DE ACÇÃO
TABELA 2 – MATRIZ DE MONITORIA: 2º PILAR – POLÍTICAS, ESTRATÉGIAS E PLANOS

Componente	Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
A nível de Políticas e Estratégias de Prevenção.	Política e Estratégia nacional elaboradas e aprovadas.	Conceber e propor a adopção de uma política e estratégia nacional de prevenção e combate à corrupção, e a definição da entidade a quem cabe aprová-las e garantir a sua aprovação.	Proposta elaborada da política e estratégia nacional de prevenção e combate à corrupção.	Sim/Não	Proposta da política e estratégia nacional de prevenção e combate à corrupção.	Dezembro de 2019	GCCC	
	Concebidas as grandes orientadoras dos planos de acção;	Conceber as grandes linhas orientadoras dos planos de acção harmonizados com a Política e Estratégia Nacional de combate à corrupção.	Documento orientador metodológico sobre a elaboração de planos de acção.	Sim/Não	Documento orientador metodológico sobre a elaboração de planos de acção.	Dezembro de 2020	GCCC	
	Criadas condições para um combate mais eficaz do fenómeno de corrupção							
	Reforçada a							

Componente	Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
	prevenção e combate à corrupção em todos os sectores do Estado.							
	Criadas condições que facilitam a adopção de políticas e estratégias de prevenção e combate à corrupção.	Propor a revisão do quadro legal no relativo às competências relacionadas com a implementação de políticas no âmbito da prevenção.						
	Criado o quadro legal regulador das intervenções na implementação de Política Nacional. Realizadas acções de prevenção e combate à corrupção com maior eficácia e eficiência.	Propor a ampliação das competências do GCCC no âmbito da elaboração de políticas e estratégias relativas à prevenção e combate à corrupção.	Proposta de revisão do Estatuto Orgânico do GCCC.	Sim/Não	Proposta de revisão do Estatuto Orgânico do GCCC.	Junho de 2019	GCCC	

8.3 3.º PILAR –PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO

8.3.1. Componente do reforço das medidas de prevenção da corrupção – Área de Prevenção

TABELA 3 –MATRIZ DE MONITORIA: 3º PILAR – PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO (COMPONENTE DO REFORÇO DAS MEDIDAS DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO – ÁREA DE PREVENÇÃO)

Componente	Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
C.1. Na área de prevenção.	Revisto o quadro legal relativo a competências.	Alterar a legislação no relativo ao papel do GCCC na elaboração de planos de acção e de monitoria no âmbito da prevenção. Rever o quadro legal relativo às competências do GCCC no relativo à coordenação com as instituições do Estado.	Proposta de revisão do Estatuto Orgânico do GCCC.	Sim/Não	Proposta de revisão do Estatuto Orgânico do GCCC.	Junho de 2019	GCCC	
	Estabelecidas as regras de Monitoria das acções de prevenção realizadas pelas instituições públicas e privadas.	Dar maior relevância ao papel do GCCC como órgão de direcção da prevenção da corrupção.	Regras de Monitoria das acções de prevenção.	Sim/Não	Documento das regras de Monitoria.	Junho de 2020	GCCC	
	Elaborados planos de acção anuais mais eficazes de prevenção pelas instituições do	Melhorar a concepção dos planos de acção relativos à prevenção.	Documento de concepção dos planos.	Sim/Não	Documento de concepção dos planos.	Após aprovação do Estatuto orgânico – Junho de 2019.	GCCC	MAEFP
		Institucionalizar e planificar,	Documento da	Sim/Não	Documento da	Após aprovação	GCCC	MAEFP

Componente	Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
	Estado coordenado com o GCCC.	de forma coordenada, as acções anuais a levar a cabo pelo GCCC e pelas instituições do Estado.	planificação anual.		planificação anual.	do Estatuto orgânico – Junho de 2019.		
		Coordenar e monitorar os planos de acção sectoriais anuais, no domínio da prevenção contra a corrupção.	Encontros de monitoria com as Instituições do Estado na acção de prevenção.	2	Relatórios dos encontros.	Janeiro de 2019	GCCC	
		Actualizar os sectores estratégicos do Estado, no definidos pelo Governo, no contexto da prevenção e combate à corrupção, sendo da tradicional referência à Saúde, Educação, Finanças, Justiça e Interior, para uma indicação mais dirigida, especificada e abrangente.	Lista actualizada dos sectores do estratégico do Estado.	Sim/Não	Lista dos sectores do Estado.	Junho de 2019	GCCC	
	Envolvido o sector privado na elaboração e concretização dos planos de acção de prevenção.	Envolver o sector privado na elaboração e concretização dos planos de acção de prevenção	Planos de acção anuais.	Sim/Não	Planos de acção anuais.	Janeiro de 2019	GCCC	CTA
	Elevada a eficácia do combate à corrupção.	Realizar um estudo aprofundado sobre o fenómeno da corrupção e a	Análise do fenómeno da corrupção.	Sim/Não	Documento do estudo do fenómeno da	Dezembro de 2019	GCCC	

Componente	Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
	Melhoradas as acções de controlo relativamente à actividade realizada pelos funcionários públicos.	identificação das suas causas. Adoptar acções de controlo relativamente à actividade realizada por funcionários públicos.	Novos mecanismos de controlo dos actos dos funcionários.	Sim/Não	Elementos orientadores (Circulares de execução permanente).	Dezembro de 2018	GCCC	MAEFP
	Preparados, para fazer face ao fenómeno da corrupção, sectores e funcionários cuja actividade implique contacto com o público.	Promover a introdução, em todos os balcões de atendimento público do sector do Estado, de mecanismos que contribuam para diminuição da corrupção	Introdução programada de TICs nos balcões de atendimento.	1	Relatório de prestação de contas pelas Instituições envolvidas.	Janeiro de 2019	GCCC	MAEFP
	Dotados os sectores públicos de um sistema de mecanismos de transparência e métodos de redução de vulnerabilidade ao fenómeno da corrupção.	Melhorar os sistemas de atendimento público com mecanismos de transparência e métodos de redução da vulnerabilidade ao fenómeno de corrupção.	.	Sim/Não	Elementos orientadores (Circulares de execução permanente).	Junho de 2019	GCCC	MAEFP
	Reforçada a acção de elevação da consciência individual e institucional no	Realizar acções tendentes a elevar a consciência individual e institucional na realização das tarefas e funções no Aparelho do	Elaboração do Código de conduta, ética e moral dos funcionários.	Sim/Não	Elementos orientadores (Códigos de conduta, ética e moral dos	Junho de 2020	GCCC	MAEFP

Componente	Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
	aparelho do Estado através de acções de formação específica.	Estado.			funcionários).			
	Reforçada a acção de controlo e diminuídos os actos de corrupção nas instituições do aparelho de Estado.	Garantir o controlo hierárquico dos actos dos funcionários e das instituições.	-	-	Relatórios de acções inspectivas.	Anual	GCCC	MAEFP
	Acções específicas de prevenção concebidas de forma a abranger as várias instituições do Estado e o sector privado fornecedor de bens e serviços.	Conceber acções específicas de prevenção abrangendo as várias instituições do Estado e o sector privado fornecedor de bens e serviços.	Introdução de acções específicas de prevenção.	Sim/Não	Relatório sobre acções realizadas.	Janeiro de 2020	GCCC	MAEFP/MEF
	Diminuído o foco de actos de corrupção relacionados com a prestação de bens e serviços.	Promover a implementação de acções de controlo da actividade exercida pelas UGEA's.	Introdução de um plano de acções de controlo	Sim/Não	Relatório de Prestação de Contas.	Junho de 2019	GCCC	MAEFP/MEF
		Promover a adopção de mecanismos rigorosos de controlo na realização de concursos públicos.	Introdução de mecanismos de controlo da realização de concursos públicos.	Sim/Não	Documento dos mecanismos de controlo.	Dezembro de 2019	GCCC	
		Promover e incentivar o	Elaboração de	Sim/Não	Relatório	Dezembro de	GCCC	MAEFP/MEF

Componente	Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
		cumprimento rigoroso das normas legais relativas aos concursos públicos e dos processos de contratação.	acções de monitoria.		Semestral da Monitoria.	2019		
		Criar uma estratégia de comunicação e desenvolvimento de planos adequados que permitam maior eficácia na mensagem e mais fácil mobilização de recursos para a sua viabilização.	Elaboração de medidas.	Sim/Não	Documento orientador.	Dezembro 2019	GCCC	MAEFP/MEF
	Estratégias e planos de acção criados, permitindo uma maior eficácia na prevenção da corrupção.		Elaborada nova estratégia de comunicação.	Sim/Não	Estratégia de comunicação.	Dezembro 2018	GCCC	
	Diversificadas e intensificadas as mensagens de informação sobre o papel do GCCC no âmbito da prevenção com recurso a técnicas especializadas de comunicação.	Adoptar mensagens mais objectivas e claras com recurso a meios mais profissionalizados.	Elaborado novo modelo de mensagens.	Sim/Não	Modelo de mensagens.	Dezembro 2018	GCCC	
	Formados agentes divulgadores de medidas de prevenção.	Realizar acções de formação dos agentes divulgadores de medidas de prevenção.	Número de acções de formação realizadas.	2	Relatório das formações realizadas.	Anual	GCCC	
			Número de agentes divulgadores	20	Relatório das formações realizadas.	Anual	GCCC	

Componente	Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
	<p>Maior participação da sociedade e do sector privado nas acções que conduzem à diminuição do fenómeno da corrupção.</p> <p>Estabelecidos acordos com a sociedade civil e sector privado para o envolvimento e parceria na implementação de acções importantes identificadas.</p> <p>Incorporado pessoal especializado no Quadro do GCCC para a realização das acções e planos anuais de prevenção.</p>	<p>Mobilizar a sociedade e o sector privado para participar nas acções de prevenção.</p> <p>Estabelecer parcerias com a sociedade civil, para a realização de acções coordenadas no âmbito da prevenção.</p> <p>Estabelecer parcerias com a sociedade civil e o sector privado, para a realização de acções coordenadas no âmbito da prevenção.</p> <p>Ajustar o Quadro de pessoal às necessidades da área de prevenção.</p> <p>Recrutar e capacitar pessoal especializado.</p>	<p>Realizadas de acções prevenção com participação da sociedade e do sector privado.</p> <p>Parcerias concretizadas.</p> <p>Parcerias concretizadas.</p> <p>Elaborada a proposta do novo quadro de pessoal.</p> <p>Incorporação de novos técnicos superiores.</p>	<p>Sim/Não</p> <p>A estabelecer no plano anual.</p> <p>A estabelecer no plano anual.</p> <p>Sim/Não</p> <p>10</p>	<p>Relatório Semestral das acções realizadas.</p> <p>Memorandos celebrados.</p> <p>Memorandos celebrados.</p> <p>Proposta do novo quadro de pessoal.</p> <p>Resolução da aprovação de novo quadro de pessoal.</p>	<p>Semestral</p> <p>Anual</p> <p>Anual</p> <p>Dezembro de 2019</p> <p>Junho de 2021</p>	<p>GCCC</p> <p>GCCC</p> <p>GCCC</p> <p>GCCC</p> <p>GCCC</p>	<p></p> <p>OSCs</p> <p>CTA</p> <p></p> <p></p>

8.3.2.º Componente de reforço de medidas de combate à corrupção – Área de combate à corrupção

TABELA 4 - MATRIZ DE MONITORIA: 3.º PILAR - PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO (COMPONENTE DO REFORÇO DE MEDIDAS DE COMBATE À CORRUPÇÃO – ÁREA DE COMBATE À CORRUPÇÃO)

Componente	Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
C2. Na área de combate à corrupção.	Estabelecidos os mecanismos para cumprimento do princípio legal de obrigatoriedade de comunicação de casos de corrupção ao GCCC.	Definir e institucionalizar os mecanismos de coordenação e articulação do GCCC com as diferentes instituições do Estado.	Institucionalização de mecanismos de coordenação e articulação.	Sim/Não	Memorandos celebrados.	Janeiro 2020	GCCC	MAE
	Casos de corrupção detectados comunicados atempadamente ao GCCC.	Manter o GCCC permanentemente informado sobre os processos de corrupção e sobre a conclusão final dos mesmos. Monitorar o processo de comunicação sobre casos de corrupção constatados nas instituições do Estado. Adoptar medidas de obrigatoriedade de comunicação pelas diversas instituições do Estado ao GCCC dos casos de corrupção, de modo que tal procedimento não fique dependente da ponderação	Elaborado o documento orientador da obrigatoriedade de comunicação, por parte das Instituições, ao GCCC sobre casos de corrupção detectados.	Sim/Não	Documento orientador obrigatoriedade.	Janeiro 2020	GCCC	

Componente	Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
		do respectivo dirigente.						MAEFP/MEF
		Melhorar a coordenação inter-institucional com vista a acelerar o combate à corrupção nos vários sectores do Estado.						
		Criar um sistema de monitoria do processo de comunicação.						
	Magistrados do GCCC, Investigadores e Magistrados afectos às Procuradorias formados e capacitados em matérias de combate à corrupção.	Dar continuidade e reforçar as acções de formação e capacitação. ⁴	Nº de Magistrados, Investigadores e Magistrados afectos às Procuradorias formados.	A estabelecer no plano anual.	Relatórios de formação.	Anual	GCCC	CFJJ
	Melhorada a qualidade de investigação, instrução e acusação e maior garantia maior celeridade processual.	Melhorar a qualidade da investigação, instrução e acusação e garantir maior celeridade processual.	Nº de processos instruídos trimestralmente.	A estabelecer no plano anual.	Relatório de controlo.	Anual		

⁴Matéria contemplada no quarto pilar; relativo ao Desenvolvimento Institucional.

Componente	Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
	Condições de trabalho melhoradas e bom desempenho estimulado.	Criar melhores condições de trabalho ² .	-	-	-	-	-	-
	Ações conjuntas com o sector privado e o Governo, realizadas no âmbito do combate à corrupção.	Concretizar ações conjuntas com o sector privado e o Governo no âmbito do combate à corrupção.	Realizadas ações de combate à corrupção conjuntas com o Governo e sector privado.	5	Relatórios das ações de combate à corrupção.	Anual	GCCC	MAEFP/CTA
	Maior eficácia do combate à corrupção.	Introduzir mecanismos para incentivar o maior envolvimento da sociedade e do sector privado no combate a corrupção. Fortalecer a integridade dos intervenientes no funcionamento dos sectores envolvidos.	Introdução de incentivos para um maior envolvimento da sociedade e do sector privado no combate à corrupção. Elaboração de ações de sensibilização (palestras).	Sim/Não	Incentivos atribuídos (diplomas, prémios, distinções, etc.).	Anual	GCCC	MAEFP/MEF
		Concretizar	a	Meta	a	Dezembro	GCCC	

Componente	Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
		coordenação e colaboração com instituições internacionais ligadas ao combate à corrupção.	de acordos de cooperação com instituições internacionais.	estabelecer em 2018.		de 2020		
	Reforçado o controlo interno nas instituições do Estado.	Promover o reforço das acções de controlo interno pelas instituições do Estado, nomeadamente, inspectivas e de auditoria interna.	Elaboração de planos anuais de inspecção e auditoria interna.	I	Documento de planificação anual da inspecção e auditoria interna.	Anual	GCCC	MAEFP
	Aumento da denúncia de casos de corrupção por parte dos cidadãos.	Adoptar acções de sensibilização do cidadão para o uso da linha verde referente a denúncia de actos de corrupção.	Elaboração de programas de sensibilização do cidadão para denúncia de casos de corrupção.	A estabelecer no plano anual.	Relatório sobre a realização dos programas de sensibilização.	Anual	GCCC	
	Institucionalizado o uso de TIC's no GCCC para conhecimento mais exacto da tramitação dos processos.	Introduzir mecanismos institucionais que garantam o conhecimento exacto dos casos de corrupção que correm pelas Procuradorias.	Introdução de um sistema de processamento e tratamento de dados melhorado.	Sim/Não	Sistema de processamento e tratamento de dados.	Janeiro de 2019	GCCC	
	Melhorada a monitoria da tramitação dos processos.	Estabelecer mecanismos inter-institucionais que permitam conhecer o andamento dos processos						

Componente	Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
		e a tomada de decisão pelos Tribunais em relação aos casos de corrupção.						
	Elevada a divulgação dos processos concluídos.	Adoptar mecanismos eficazes de difusão de comunicação e informação sobre os casos de corrupção concluídos.	Concepção de programas de difusão de informação.	Sim/Não	Documento da concepção dos programas de difusão de informação.	Janeiro de 2019	GCCC	
			Realização de programas de difusão de informação.	1	Relatórios dos programas de difusão de informação.	Anual	GCCC	
	Mecanismos rigorosos de controlo e de punição dos autores de fuga de informação adoptados.	Adoptar mecanismos de eliminação de fuga de informação sobre denunciantes e matéria objecto de investigação e instrução.	Elaboração de regras de controlo nos cartórios do GCCC, Procuradorias e Tribunais, e nas instituições do Estado.	Sim/Não	Documento que institucionaliza as regras de controlo nos cartórios.	Junho de 2019	GCCC	
	Diminuída a fuga de informação relativa a denunciantes.	Adoptar medidas de protecção e sigilo que permitam estimular a participação do cidadão na denúncia e combate à corrupção.	Introdução do sistema de protecção e manutenção do sigilo.	Sim/Não	Relatório da institucionalização do sistema de protecção e manutenção do sigilo.	Junho de 2019	GCCC	

8.3. 3.º Componente da Área de investigação, instrução e acção penal

TABELA 5 - MATRIZ DE MONITORIA: 3.º PILAR - PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO (COMPONENTE DA ÁREA DE INVESTIGAÇÃO, INSTRUÇÃO E ACÇÃO PENAL)

Componente	Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
C3. Na área de investigação, instrução e acção penal.	Garantida a presença do MP do Instrutor do processo na fase do julgamento.	Concretizar o acompanhamento dos processos em fase de julgamento pelo magistrado que instruiu e acusou o processo.	Coordenação com as procuradorias para implementação dos princípios legais instituídos.	Sim/Não	Relatório específico	Anual	GCCC	PGR
		Propor a criação da unidade de supervisão de processos dotado de pessoal especializado ⁵ .						PGR
		Adoptar mecanismos de supervisão e monitoria dos processos em fase de investigação e instrução ⁶ .						PGR
	Criada a unidade de supervisão e introduzidos os mecanismos de supervisão e monitoria dos processos em fase de tramitação.	Dotar o GCCC de maior capacidade de supervisão dos processos remetidos a tribunal e julgados.	Coordenação com as procuradorias e tribunais para elevação da capacidade de supervisão.	Sim/Não	Relatório específico	Anual	GCCC	PGR
		Introduzir mecanismos que garantam maior celeridade dos processos pendentes no GCCC, nos GPCC's, nas Procuradorias e nos tribunais.	Coordenação com as procuradorias e tribunais para elevação da capacidade de supervisão.	Sim/Não	Relatório específico	Anual	GCCC	PGR

⁵ Matéria contemplada no quarto pilar relativo ao Desenvolvimento Institucional

⁶ Matéria contemplada no quarto pilar, relativo ao Desenvolvimento Institucional

Componente	Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
		Introduzir mecanismos que garantam o aumento da produtividade dos quadros afectos à área de investigação, instrução e acção penal.	Introdução de mecanismos que garantam o aumento da produtividade dos quadros.	Sim/Não	Relatório específico	Anual	GCCC	PGR
	Priorizado o julgamento de processos relativos a casos de corrupção estabelecida.	Estabelecer mecanismos de articulação com os tribunais para que haja maior celeridade no julgamento de processos relativos a casos de corrupção, e se estude a possibilidade de criação de secções especializadas.	Institucionalização de mecanismos de articulação com os tribunais.	Sim/Não	de Memorando entendimento celebrado.	Junho de 2019	GCCC	PGR
	Elevada a qualidade técnica e produtividade dos quadros afectos à área de investigação, instrução e acção penal.	Elaborar programas de formação contínua e capacitação de magistrados do MP, investigadores e juizes que lidam com casos de corrupção.	Elaboração de programas contínuos de programas de formação e capacitação.	Sim/Não	de formação e capacitação concebidos.	Anual	GCCC	CFJJ
	Melhorada a qualidade da investigação e instrução.	Capacitar permanentemente os magistrados e investigadores na área do combate à corrupção e investigação e instrução processual.	Execução de acções de capacitação.	1	de Relatório formação.	Anual	GCCC	CFJJ
		Dotar o GCCC de						

Componente	Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
		quadros especializados ⁷						
	Aumentada a quantidade de processos acusados.	Proceder à desacumulação de funções dos magistrados.	Desacumulação de funções dos magistrados.	Sim/Não	Despacho de desacumulação de funções dos magistrados.	Dezembro de 2020	GCCC	
	Melhorada a capacidade em meios materiais.	Recrutar e preencher o quadro de pessoal actual.	Preenchimento do quadro de pessoal actual.	188 ⁸	Relatório específico.	Dezembro de 2021	GCCC	
		Adquirir equipamento apropriado para a investigação ⁹ .						

⁷ Matéria contemplada no quadro pilar relativo ao Desenvolvimento Institucional

⁸ 41 (GCCC); 45 (GCCM); 37 (GCCJ); 31 (GCCS); 34 (GCCN).

⁹ Matéria contemplada no quarto pilar, relativo ao Desenvolvimento Institucional

8.4. 4.º PILAR – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
8.4. 1.PILAR – Componente do Quadro Institucional

TABELA 6–MATRIZ DE MONITORIA: 4º PILAR – DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (COMPONENTE DO QUADRO INSTITUCIONAL)

Componente	Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
D1. Quadro institucional.	Estrutura orgânica e quadro orgânico do GCCC revisito e ampliado.	Rever a concepção da área de prevenção, transformando-a numa unidade orgânica mais forte, dotada de pessoal especializado e de competências apropriadas.	Elaboração da proposta do novo quadro orgânico do GCCC	Sim/Não	Proposta do quadro orgânico.	de Junho de 2019	GCCC	
		Criar a unidade de coordenação das áreas de investigação, instrução e acção penal.						
		Estabelecer as regras de coordenação em cada uma das áreas previstas no quadro orgânico do GCCC.						
		Definir um sistema de monitoria dos processos em fase de investigação e de instrução.						
		Criar as unidades de recuperação de activos, de comunicação e de cooperação.						
		Criar a unidade de supervisão de processos dotado de pessoal especializado.						
		Rever o quadro legal no relativo						

Componente	Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
		às competências relacionadas com a implementação de políticas no âmbito da prevenção e combate à corrupção.						
		Ampliar as competências do GCCC no domínio da elaboração de políticas e estratégias relativas à prevenção e combate à corrupção.						
		Rever o quadro legal relativo às competências do GCCC, no que tange à coordenação com as instituições do Estado.						
		Rever o papel do GCCC como órgão de direcção da prevenção da corrupção.						
	Criadas as condições para a instalação de novos GPCCs e GDCCs em locais estratégicos.	Definir e estabelecer as Províncias e Distritos considerados estratégicos. Definir as prioridades e a respectiva calendarização.	Elaboração do Estudo referente à instalação de novos GPCCs e GDCCs.	Sim/Não	Estudo referente a instalação de novos GPCCs e GDCCs.	Dezembro de 2022	GCCC	PGR

Componente	Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
		Prever o respectivo impacto orçamental.						
		Criar as condições para a instalação de novos GPCCs e GDCCs, em algumas províncias e distritos considerados estratégicos, nos casos devidamente justificados.						
	Realizados programas de difusão de políticas, estratégias e competências do GCCC, para conhecimento generalizado dos cidadãos e da sociedade.	Conceber novas políticas e estratégias de comunicação e informação.	Elaboração do documento de políticas e estratégias de comunicação e informação.	1	Documento relativo a políticas e estratégias de comunicação e informação.	Janeiro de 2019	GCCC	
		Conceber programas de difusão das políticas, estratégias e competências do GCCC, de forma apropriada, nomeadamente, na vertente de palestras/reuniões com as comunidades, escolas, AT, CTA e na vertente de folhetos/spots/mensagens via imprensa escrita/TV/Rádio.	Elaboração dos programas de difusão das políticas, estratégias e competências do GCCC.	Sim/Não	Guiões dos programas de difusão das políticas, estratégias e competências do GCCC.	Anual	GCCC	

8.4. 2. Componente de organização interna e recursos humanos

TABELA 7 - MATRIZ DE MONITORIA: 4º PILAR - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (COMPONENTE DE ORGANIZAÇÃO INTERNA E RECURSOS HUMANOS)

Componente	Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
D.2. Organização interna e Recursos humanos.	Estrutura orgânica do GCCC alterada e adequada.	Elaborada uma nova Estrutura orgânica do GCCC.	Elaboração da proposta da nova Estrutura orgânica do GCCC.	1	Proposta da nova estrutura orgânica.	Junho de 2019	GCCC	
	Melhorado o sistema de informação interna do GCCC.	Melhorar o sistema de processamento e tratamento de dados estatísticos.						
	Criado um sistema de tratamento de dados estatísticos harmonizado com o sistema existente na PGR e no Tribunal Supremo.	Introduzir um sistema de tratamento de dados harmonizado com o existente na PGR e no Tribunal Supremo.	Introdução de um sistema de processamento e tratamento de dados melhorado.	Sim/Não	Sistema de processamento e tratamento de dados.	Dezembro de 2019	GCCC	
	Melhorada a qualidade da informação e tratamento de dados estatísticos.	Desenvolver e consolidar o sistema de informação da estatística da instituição. Recrutar técnicos especializados em estatística.	Admissão de técnicos especializados em	5	Despacho nomeação.	Dezembro de 2019	GCCC	

Componente	Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
			estatística.					
	Quadro de pessoal revisto e adequado.	Rever o quadro de pessoal, prevendo em especial as categorias de assessor, auditor, investigador criminal, técnicos de estatística, técnicos de comunicação e especialistas de cooperação.	Elaboração da proposta de um novo quadro de pessoal.	1	Proposta do novo quadro de pessoal.	Dezembro de 2019	GCCC	
	GCCC dotado com técnicos qualificados através da capacitação dos existentes e do recrutamento de novos quadros	Recrutar novos técnicos.	Admissão de novos técnicos.	A estabelecer no plano anual.	Despacho nomeação.	Anual	GCCC	
		Capacitar os quadros existentes para responder às necessidades do GCCC.	Elaboração de acções de capacitação.	5	Relatório das acções de capacitação realizadas.	2020	GCCC	
	Elevada qualidade técnica dos quadros do GCCC.	Estabelecer um plano de formação e estruturado e contínuo que dê resposta às necessidades em	Elaboração do plano de formação.	Sim/Não	Plano de formação.	Junho de 2019	GCCC	

Componente	Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
		conhecimento técnico geral e especializado.						
		Realizar a formação de forma estruturada e perspectivada em função das necessidades do GCCC.	Realização da formação.	1	Relatório das formações realizadas.	2022	GCCC	
		Elevar a formação dos quadros da SERNIC afectos à área da investigação e instrução.	Realização da formação dos elementos da SERNIC.	1	Relatório das formações realizadas dos elementos da SERNIC.	2021	GCCC	
	Criadas condições para a estabilidade dos quadros.	Propor incentivos específicos para a área de investigação e instrução ¹⁰⁾	Incentivos criados.	Sim/Não	Documento de proposta de incentivos.	Janeiro de 2020	GCCC	PGR/MEF/MAEFP
		Garantir a actualização regular da progressão nas carreiras.	Actualização das progressões nas carreiras.	Sim/Não	Relatório específico.	Anual	GCCC	

¹⁰⁾ À semelhança da Autoridade Tributária

Componente	Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
D.3. Infraestruturas e equipamentos.	Melhorados os meios técnicos de investigação e instrução.	Adquirir equipamento especializado.	Equipamento especializado.	10	Guia de recebimento.	2022	GCCC	
	Melhoradas as condições de trabalho em meios materiais e logísticos.	Criar as condições para o bom funcionamento da instituição (ex: equipamento informático, de transporte, etc.).	Equipamento informático.	46 ¹¹	Guia de Recebimento.	2022	GCCC	
			Mobiliário de escritório.	A definir anualmente				
	Disponibilizadas instalações apropriadas para o bom funcionamento da Instituição.	Dotar a instituição de instalações adequadas.	Equipamento Transporte.	3 ¹²	Guia de Recebimento.	2022	GCCC	
	Disponibilizadas condições de habitação para os magistrados.	Fornecer aos magistrados condições de habitação.	Habitação	22 ¹⁴	Guia de Recebimento.	2022?	GCCC	

¹¹ 10 GCCC; 10 GPCCM; 10 GPCCI; 8 GPCCS; 8 GPCCN

¹² 12 GCCC; 5 GPCCM; 7 GPCCI; 5 GPCCS; 8 GPCCN

¹³ GPCCM; GPCCI e GPCCN

¹⁴ 3 GCCC; 4 GPCCM; 5 GPCCI; 5 GPCCS; 5 GPCCN

8.4.4. Componente de meios financeiros

TABELA 9 - MATRIZ DE MONITORIA: 4º PILAR - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (COMPONENTE DE MEIOS FINANCEIROS)

Componente	Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
D.4. Meios financeiros.	Mobilizados os devidos recursos financeiros.	Mobilizar os necessários recursos financeiros.	Programa de actividades financiado.	Sim/Não	Orçamento do GCCC.	Anual	GCCC	PGR

9. Pressupostos e riscos

A implementação do presente Plano Estratégico, mais especificamente na vertente de realização das actividades que nele se inscrevem, está, naturalmente, dependente da verificação de determinados pressupostos. Pressupostos que, por constituírem uma condição sine qua non, exigem a sua concretização para que se possa lograr o cumprimento das acções que nele se acham definidas. Por essa razão, importa ter sempre presente a importância dos referidos pressupostos e que eles estão verificados antes de se realizar a respectiva actividade.

Paralelamente, em relação à implementação do Plano Estratégico há riscos que se colocam, sendo, por isso, fundamental verificar quais os que põem em causa por completo a realização de uma actividade e quais os que exigem um esforço complementar a fim de se garantir a sua concretização, ou seja, há actividades que, pelo nível da sua natureza, estão absolutamente ou demasiado dependentes de elementos externos e há outras que, apenas em parte, sofrem influência de intervenientes externos. Em relação ao primeiro caso, a constatar-se esta situação, impor-se-á retirar a actividade inscrita no Plano Estratégico, enquanto que, em relação ao segundo caso, se exigirá a realização de um esforço complementar para a efectivação da correspondente actividade.

Nesta esteira passa-se a descrever, de seguida, por Pilar Estratégico, os respectivos Pressupostos e Riscos que se equacionam em relação à implementação do Plano Estratégico.

9.1. Primeiro Pilar Estratégico – Quadro da Legislação Anti-Corrupção

A.1 – Quadro Legal – Reforçar as medidas legais em relação à prática de actos ilícitos

Componente: Quadro legal de combate à corrupção

1.º Objectivo Específico - Reforçar e ampliar as medidas legais de criminalização em relação aos actos praticados a nível do sector privado merecedores de censura jurídico-criminal.

Pressupostos

- Reunir as capacidades humanas e técnicas para a realização actividades estabelecidas;
- Estabelecer a devida coordenação com o IDM.

Riscos

Dificuldade de coordenação com o Instituto de Directores de Moçambique.

2.º Objectivo Específico - Melhorar o quadro legal existente tendo em vista a punição efectiva da corrupção e crimes conexos.

Pressupostos

- Reunir as capacidades humanas e técnicas para a realização das actividades estabelecidas;
- Estabelecer a devida coordenação com a PGR;
- Mobilizar recursos financeiros junto dos parceiros internacionais.

Riscos

- Falta de coordenação com a PGR;
- Falta de recursos financeiros.

3.º Objectivo Específico – Analisar e avaliar a implementação efectiva das medidas legais em vigor por parte dos seus aplicadores.

Pressupostos

- Reunir as capacidades humanas e técnicas para a realização das actividades estabelecidas;
- Estabelecer a devida coordenação com a PGR.

Riscos

- Falta de coordenação com a PGR.

9.2. Segundo Pilar Estratégico – Políticas, Estratégias e Planos de Acção

Componente: A nível de Políticas e Estratégias de Prevenção

1.º Objectivo Específico - Aprovar Políticas e Estratégias, adequar o quadro legal e implementá-las através de planos de acção.

Pressupostos

- Reunir as capacidades humanas e técnicas para a elaboração de uma proposta de Política e Estratégia Nacional de Prevenção e Combate à corrupção, com envolvimento de segmentos relevantes do Estado, da sociedade civil e do sector privado da economia;

- Reunir as capacidades humanas e técnicas para a definição das grandes linhas orientadoras da elaboração de Planos de Acção de prevenção e combate à corrupção;
- Estabelecer a devida coordenação com a PGR.

Riscos

- Falta da devida coordenação com os actores acima mencionados;
- Necessidade de suporte financeiro, caso se mostre necessário, para a elaboração da citada proposta.

9.3. Terceiro Pilar Estratégico – Prevenção e Combate à Corrupção

Componente: Área de Prevenção

1.º Objectivo Específico: Aperfeiçoar e harmonizar os planos de acção das várias instituições do Estado.

Pressupostos

- Reunir as capacidades humanas e materiais de forma a conceber as grandes linhas basilares dos respectivos planos de acção;
- Envolver o sector privado e a sociedade civil na definição das grandes linhas orientadoras dos planos de acção;
- Estabelecer a indispensável coordenação com o MAEFP.

Riscos

- Falta de envolvimento do sector privado e da sociedade civil, que pode tornar menos eficazes os planos de acção;
- Falta de coordenação com o MAEFP.

2.º Objectivo Específico: Aprofundar o conhecimento do fenómeno e as reais causas da corrupção.

Pressupostos

- Reunir as capacidades humanas e materiais para a constituição de uma equipa para proceder a um estudo aprofundado sobre o fenómeno da corrupção;
- Em coordenação com a PGR, garantir o reforço da equipa com o envolvimento de quadros do sector e especialistas de outras instituições ou organizações;
- Envolver os parceiros de cooperação para a obtenção dos indispensáveis recursos financeiros.

Riscos

- Falta de envolvimento na equipa de quadros especializados;
- Falta de recursos financeiros.

3.º Objectivo Estratégico: Melhorar a ética e deontologia profissional dos funcionários públicos e o controlo da sua actividade.

Pressupostos

- Criar as condições, em coordenação com o MAEFP, para a realização efectiva de acções tendentes a melhorar a ética e deontologia profissional dos funcionários e agentes do Estado e para garantir o controlo da sua actividade;
- Criar as condições para monitorar esta acção.

Riscos

- Falta da necessária coordenação com o MAEFP;
- Deficientes mecanismos de monitoria.

4.º Objectivo Estratégico: Diminuir os focos de corrupção na prestação de serviços e fornecimento de bens às instituições do Estado.

Pressupostos

- Reunir as capacidades humanas e materiais para conceber e monitorar as acções de controlo a realizar;
- Estabelecer a necessária coordenação com o MEF e MAEFP.

Riscos

- Falta da devida coordenação com as instituições pertinentes.

5.º Objectivo Estratégico: Tornar mais eficaz a informação e a comunicação e a intervenção da sociedade.

Pressupostos

- Reunir as capacidades técnicas, humanas e materiais para a elaboração de uma nova estratégia de informação e de comunicação, com envolvimento de parceiros internacionais;
- Envolver a sociedade civil na concepção da estratégia;
- Realizar as alterações necessárias no Estatuto Orgânico;
- Prever, no Quadro de Pessoal, técnicos especializados em matéria de comunicação;
- Capacitar os agentes divulgadores das medidas de prevenção.

Riscos

- Falta das devidas capacidades técnicas, humanas e materiais;
- Falta de envolvimento de parceiros internacionais;
- Deficiente envolvimento da sociedade civil;
- Aprovação tardia do novo Estatuto Orgânico e correspondente Quadro Pessoal.

6.º Objectivo Estratégico: Fortalecer o envolvimento e a parceria com o Governo, a sociedade e o sector privado nas acções de prevenção.

Pressupostos

- Reunir as capacidades, para a concretização das parcerias com os sectores relevantes;
- Envolver o sector privado e a sociedade civil na realização de acções de prevenção.

Riscos

- Falta de concretização das devidas parcerias;
- Deficiente envolvimento do sector privado e sociedade civil nas acções de prevenção.

7.º Objectivo Estratégico: Incorporar no Quadro de Pessoal do GCCC técnicos especializados.

Pressupostos

- Reunir as capacidades de modo a garantir a elaboração de uma nova proposta de Quadro de Pessoal;
- Aprovado o novo Quadro de pessoal deverá ser proposta a competente dotação orçamental para se proceder ao recrutamento dos técnicos especializados.

Riscos

- Demora na elaboração da proposta de novo Quadro de Pessoal;
- Falta de dotação orçamental para cobrir o recrutamento de técnicos especializados.

Componente: Área de combate à corrupção

1.º Objectivo Estratégico: Fortalecer a coordenação e cooperação inter-institucional com as diferentes instituições do Estado no combate à corrupção.

Pressupostos

- Reunir as capacidades para que se definam e institucionalizem os mecanismos de coordenação e articulação com as instituições do Estado que garantam a comunicação atempada dos casos de corrupção;
- Estabelecer regras de monitoria do processo de comunicação;
- Reunir as devidas capacidades para que seja revisto o Estatuto Orgânico.

Riscos

- Falta de definição e institucionalização de mecanismos de coordenação e articulação, bem como de monitoria;
- Tardia elaboração da proposta de revisão do Estatuto Orgânico, bem como da sua aprovação.

2.º Objecto Estratégico: Reforçar a capacidade técnica do GCCC no combate à corrupção.

Pressupostos

- Reunir as capacidades humanas, materiais e financeiras para melhorar a qualidade de investigação e a instrução;
- Reunir as capacidades humanas e financeiras para proceder à formação e capacitação de magistrados e investigadores, com envolvimento dos parceiros internacionais.

Riscos

- Falta ou insuficiente capacidade para lograr a melhoria da qualidade de investigação e instrução, bem como a respectiva formação e capacitação;
- Falta de envolvimento dos parceiros internacionais.

3.º Objectivo Estratégico: Fortalecer o envolvimento e parceria com o Governo, a sociedade e o sector privado nas acções de combate à corrupção.

Pressupostos

- Reunir as capacidades necessárias para estabelecer parcerias com o Governo e o sector privado, no âmbito da realização de acções de combate à corrupção;
- Reunir as capacidades necessárias para melhorar o envolvimento da sociedade e do cidadão no combate à corrupção;

- Estabelecer os mecanismos de articulação com as instituições do Estado, para que se concretizem os planos de acção de controlo interno, com a respectiva monitoria.

Riscos

- Falta ou deficiente concretização das necessárias parcerias;
- Deficiente mobilização da sociedade e do cidadão, para envolvimento no combate à corrupção;
- Falta de concretização dos planos e respectivas acções de controlo interno.

4.º Objectivo Estratégico: Elevar a coordenação e colaboração com organizações internacionais ligadas ao combate à corrupção.

Pressupostos

- Melhorar a capacidade de coordenação com as instituições internacionais, no âmbito do combate à corrupção, estabelecendo os necessários acordos;
- Prever a existência de um departamento de cooperação na estrutura orgânica do GCCC.

Riscos

- Falta de concretização dos acordos de coordenação;
- Tardia criação do departamento de cooperação.

5.º Objectivo Estratégico: Usar, de forma combinada, tecnologias de informação e comunicação e difusão de informação sobre os casos de corrupção decididos.

Pressuposto

- Prever a existência de um departamento de informação e comunicação na estrutura orgânica do GCCC;
- Reunir as capacidades para melhorar a estratégia de comunicação e informação, com envolvimento dos parceiros internacionais;
- Introduzir, de forma gradual, sistemas informáticos de acesso e controlo da informação nos balcões de atendimento existentes nas instituições do Estado.

Riscos

- Tardia criação do departamento de informação e comunicação;
- Deficiente estratégia de comunicação e informação;

- Falta de envolvimento dos parceiros internacionais;
- Falta de introdução de sistemas informáticos de acesso e controlo de informação nos balcões de atendimento público.

6.º Objectivo Estratégico: Eliminar a fuga de informação relativa a dados de denunciante e assegurar que os seus autores sejam punidos.

Pressupostos

- Melhorar os mecanismos de controlo relativos a dados referentes a denunciante;
- Exercer um melhor controlo sobre o sigilo processual;
- Punir exemplarmente os autores de fuga de informação.

Riscos

- Deficiente controlo sobre dados processuais;
- Falta de punição dos autores de fuga de informação.

Componente: Áreas de investigação, instrução e acção penal

1.º Objectivo Estratégico: Assegurar um melhor acompanhamento da tramitação dos processos.

Pressupostos

- Reunir as capacidades tendentes a melhorar a supervisão e monitoria da tramitação dos processos na fase de investigação e instrução;
- Garantir a presença no julgamento do magistrado que instruiu e formulou a acusação no respectivo processo.

Riscos

- Deficiente supervisão e monitoria da tramitação dos processos;
- Falta de presença no julgamento do magistrado que instruiu e formulou a acusação.

2.º Objectivo Estratégico: Elevar a capacidade técnica específica para a investigação, instrução e acusação de processos.

Pressupostos

- Reunir as condições para o preenchimento progressivo de lugares vagos;
- Reunir as capacidades para a elaboração e realização de acções contínuas de formação de investigadores e magistrados;

- Realizar acções junto dos parceiros de cooperação para a obtenção dos meios financeiros destinados à efectivação das acções de formação.

Riscos

- Falta de dotação orçamental para garantir o preenchimento progressivo dos lugares vagos;
- Demora na elaboração de programas de formação;
- Deficiente envolvimento dos parceiros de cooperação.

3.º Objectivo Estratégico: Melhorar a qualidade da investigação e instrução.

Pressupostos

- Desencadear as acções tendentes a permitir a desaccumulação de funções, por parte dos magistrados;
- Reunir as capacidades necessárias para a introdução de mecanismos tendentes a elevar a produtividade dos quadros afectos à investigação, instrução e acção penal.

Riscos

- Demora na adopção de medidas conducentes à desaccumulação de funções dos magistrados;
- Falta de adopção de medidas tendentes a aumentar a produtividade dos investigadores e magistrados.

9.4. Quarto Pilar Estratégico: Desenvolvimento Institucional

Componente: Quadro institucional

1.º Objectivo Estratégico: Ampliar a acção no território através do desenvolvimento institucional do GCCC.

Pressupostos

- Reunir as capacidades para poder conceber e elaborar um plano de desenvolvimento institucional;
- Realizar acções junto dos parceiros de cooperação, para garantir o necessário suporte financeiro.

Riscos

- Deficiente mobilização dos parceiros de cooperação para se envolverem no apoio a esta acção;
- Demora na elaboração do plano de desenvolvimento institucional.

2.º Objectivo Estratégico: Ampliar a estrutura orgânica do GCCC.

Pressupostos

- Reunir as necessárias capacidades humanas para realizar a revisão do Estatuto Orgânico do GCCC e elaborar a competente proposta.

Riscos

- Demora na elaboração da proposta de novo Estatuto Orgânico e sua aprovação.

3.º Objectivo Estratégico: Desenvolver programas de difusão de políticas, estratégias e competências do GCCC.

Pressupostos

- Reunir as capacidades humanas e materiais para o desenvolvimento de programas de difusão das políticas, estratégias e competências do GCCC, através de palestras/reuniões com as comunidades, escolas, instituições do Estado, CTA e de folhetos/spots/mensagens na TV/Rádio;
- Envolver os parceiros internacionais na concretização deste objectivo;
- Revisão das competências do GCCC a nível do respectivo Estatuto Orgânico.

Riscos

- Deficiente reunião de capacidades humanas e materiais;
- Deficiente envolvimento de parceiros internacionais;
- Atraso na aprovação do novo Estatuto Orgânico.

Componente: OrganizSação Interna

1.º Objectivo Estratégico: Adequar a organização do GCCC à fase actual e dotá-lo de meios para o seu funcionamento.

Pressuposto

- Reunir as capacidades humanas para proceder à alteração do Estatuto Orgânico e à elaboração da correspondente proposta;
- Aprovação do novo Estatuto Orgânico.

Riscos

- Falta ou deficiente reunião das devidas capacidades humanas para proceder à elaboração da proposta do novo Estatuto Orgânico ou atraso no cumprimento desta acção;

- Atraso na aprovação do novo Estatuto Orgânico.

2.º Objectivo Estratégico: Reforçar a gestão de informação interna do GCCC.

Pressupostos

- Reunir as capacidades para introduzir um sistema melhorado de processamento e tratamento de dados estatísticos em colaboração com o INE;
- Reunir as capacidades humanas e financeiras para recrutar quadros especializados em estatística.

Riscos

- Falta ou deficiente coordenação com o INE;
- Falta de recursos financeiros para o recrutamento de técnicos especializados de estatística.

Componente: Recursos Humanos

Objectivo Estratégico: Dotar o GCCC com capacidade técnica adequada em quantidade, especialidades, qualidade e devidamente incentivada.

Pressupostos

- Reunir as capacidades humanas para a elaboração de uma proposta de novo Quadro de Pessoal;
- Reunir as capacidades humanas e materiais para a elaboração de um plano de formação melhorado e sua realização, assente nas necessidades do GCCC, com o envolvimento dos parceiros de cooperação;
- Reunir as capacidades humanas para conceber um sistema de incentivos aos magistrados, investigadores e funcionários.

Riscos

- Atraso na elaboração da proposta de novo Quadro de Pessoal;
- Deficiente envolvimento dos parceiros de cooperação na acção de elaboração e realização dos planos de formação, ou falta de interesse em apoiar o GCCC nesta acção.
- Atraso na concepção do sistema de incentivos.

Componente: Infra-estruturas e equipamento

Objectivo Estratégico: Melhorar as condições e ambiente de trabalho.

Pressupostos

- Reunir as capacidades para a obtenção de meios materiais e financeiros para a aquisição de equipamento, meios logísticos e habitação para magistrados, desenvolvendo, para o efeito, acções junto do Governo, através da PGR e, em parte (equipamento), junto de parceiros de cooperação.

Riscos

- Falta de capacidade financeira do Governo para a concretização desta acção;
- Fraco envolvimento dos parceiros de cooperação na acção de aquisição de equipamento.

Componente: Meios financeiros

Objectivo Estratégico: Dotar o GCCC de recursos financeiros suficientes para a implementação do Plano Estratégico, desenvolvendo acções de concertação junto das entidades pertinentes para a obtenção dos necessários recursos financeiros.

Pressupostos

- Reunir as capacidades necessárias para garantir a alocação de mais meios financeiros para a instituição, quer junto do Governo, quer junto dos parceiros de cooperação.

Riscos

- Dificuldade em obter os necessários meios financeiros.

10. Orçamentação e cenarização

10.1. Orçamento do Plano Estratégico

Os custos de natureza corrente e de investimento foram estimados tendo por base as acções/actividades identificadas na Matriz de Enquadramento Lógico do Plano Estratégico.

Tomando em conta as acções a realizar no âmbito do Plano Estratégico (quadro em anexo) foram estimados custos preliminares e indicativos para os programas identificados e incorporados na componente de investimentos, sendo diferentes as bases de cálculo, no que respeita à despesa corrente foram diferentes.

No relativo a salários e remunerações, considerou-se como objectivo principal obter dotações orçamentais que possam garantir o preenchimento integral do quadro de pessoal em vigor até ao ano de 2021, sendo que o quadro será preenchido de forma progressiva durante este mesmo período.

Por outro lado, é preciso ter em linha de conta que a proposta do novo Quadro de Pessoal só terá real impacto no ajustamento de dotação orçamental para o ano 2022.

Quanto aos restantes itens de despesa corrente, foram projectados a um ritmo de crescimento real constante de 7%.

Os quadros a seguir apresentados, sintetizam os custos de implementação do Plano Estratégico para o período 2018-21, a nível de orçamento corrente e de investimento.

Nos quadros incluiu-se também o ano de 2017, em que se considera que o orçamento fixado para a instituição é executado plenamente. A programação das actividades do Plano Estratégico 2018-22 tiveram em consideração as acções em curso na sua íntegra, pelo que não se cumprindo na íntegra as actividades previstas, há que considerá-las no planeamento operativo anual de 2018.

TABELA 10 – RESUMO DOS CUSTOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PE PARA O PERÍODO 2018-21

	2017 Estimativa	2018	2019	2020	2021	2022	2018-22
Salários e Remunerações	31,3	38,0	44,2	51,5	60,0	69,9	263,6
Outras despesas com o pessoal	1,4	1,8	1,9	2,1	2,2	2,4	10,4
Bens e Serviços	13,2	20,0	21,4	22,9	24,5	26,2	115,0
Transferências Correntes	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	1,2
Despesas Correntes	46,0	60,0	67,8	76,7	87,0	98,7	390,2
Despesas de Investimento	27,0	86,0	98,1	115,2	120,8	125,6	545,7
Total	73,0	146,0	165,9	191,9	207,7	224,3	935,9

TABELA 11 – CUSTOS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PE PARA O PERÍODO 2018-21, POR ACÇÃO

Un: milhares de meticalis (a preços de 2017)

Projecto	Estimativa 2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total 2018-22
A – QUADRO LEGAL	0,00	1 500,00	1 000,00	0,00	0,00	0,00	2 500,00
Revisão da legislação Anti-corrupção e adopção da nova legislação		1 500,00	1 000,00			0	2 500
B – POLÍTICA E ESTRATÉGIA NACIONAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO	0,00	1 500,00	500,00	0,00	0,00	0,00	2 000,00
Proposta da política e estratégia nacional da PCC			1 500,00	500,00		0	2 000

Projecto	Estimativa 2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total 2018-22
C – PREVENÇÃO E COMBATE À CORRUPÇÃO	6 714,25	10 271,25	14 921,25	9 176,25	5 309,50	4 956,25	44 634,50
C.1 A PREVENÇÃO¹⁵	6 446,75	10 271,25	14 421,25	5 026,25	4 959,50	4 956,25	39 634,50
Concepção das grandes linhas orientadoras e metodológicas da elaboração de planos de acção		345,00	2 000,00			0	2 345
Concepção de novas acções de prevenção;			1 005,00			0	1 005
Estudo do fenómeno da corrupção e identificação das suas causas			4 000,00	2 700,00		0	6 700
Concepção de novos métodos e mecanismos de transparência;			1300			0	1 300
Concepção de uma nova estratégia de comunicação;			2310			0	2 310
Conceber nova estratégia de comunicação e modelos de mensagens relativas à prevenção da corrupção		670,00				0	670
Materiais de educação cívica	6 420,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	3 000,00	15 000,00
Realizar acções de mobilização da sociedade para participar nas acções de prevenção		1 256,25	1 256,25	1 256,25	1 256,25	1 256,25	6 281,25
Difundir as políticas, estratégias e competências do GCCC, de forma apropriada	26,75	1 000,00	850,00	770,00	703,25	700,00	4 023,25

¹⁵ O GCCC beneficia de uma componente do Plano de Comunicação e Visibilidade, financiado pela EU para o período 2015-17, num montante de aproximadamente 8,5 milhões de meticals. A componente destinada ao GCCC concentra-se fundamentalmente no Desenho e produção dos materiais informativos e de Multimédia (90%) e o restante é destinado à Campanha de comunicação on line e cobertura de eventos e visitas públicas.

Projecto	Estimativa 2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total 2018-22
C.2 - COMBATE À CORRUPÇÃO	0,00	0,00	500,00	4 150,00	350,00	0,00	5 000,00
Melhorar o sistema de processamento e tratamento de dados estatísticos;			500	2500	350	0	3350
Concepção de programas de difusão de informação.			1 650,00			0	1 650
C.3 – INVESTIGAÇÃO, INSTRUÇÃO E ACÇÃO PENAL	267,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ações de investigação (20)	267,50					0	0
D.1 – QUADRO INSTITUCIONAL	0,00	0,00	0,00	4 650,00	0,00	0,00	4 650,00
Elaboração de um estudo sobre a instalação de novos GPCC's e GDCC's;						1 675,00	1 675,00
Elaboração de Políticas e Estratégias de Comunicação e Informação;			1 675,00			0	1 675
Elaboração de programas de difusão de informação.				1 300,00		0	1 300
D.2 – ORGANIZAÇÃO E RECURSOS HUMANOS	0,00	11 662,50	12 712,50	10 662,50	10 662,50	10 662,50	56 362,50
Concepção e elaboração de planos de formação e capacitação;		1 000,00	2 350,00			0	3 350
Formação em técnicas de investigação dos quadros da SERNIC afectos à área da investigação		1 675,00	1 675,00	1 675,00	1 675,00	1 675,00	8 375,00
Capacitar os quadros para responder às necessidades do GCCC		4 187,50	4 187,50	4 187,50	4 187,50	4 187,50	20 937,50
Ações de formação dos agentes divulgadores de medidas de prevenção		3 300,00	3 000,00	3 300,00	3 300,00	3 300,00	16 200,00
Capacitação dos magistrados e investigadores na área do combate à corrupção e investigação e instrução processual		1 500,00	1 500,00	1 500,00	1 500,00	1 500,00	7 500,00

Projecto	Estimativa 2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total 2018-22
D.3 – INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTO	20 266,30	56 070,00	63 000,00	80 740,00	92 302,00	90 000,00	382 112,00
Adquirir equipamento para investigação	428,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	3 072,00	0	33 072
Aquisição de equipamento informático e reestruturar a rede informática	1 070,00	4 000,00	12 000,00	10 000,00	6 430,00	0	32 430
Reabilitar as instalações do GCCC	8 453,30	15 000,00	5 000,00	1 000,00		0	21 000
Reabilitar residência de magistrado	3 103,00	6 000,00	2 000,00	1 000,00		0	9 000
Aquisição de Mobiliário de escritório		1 070,00				0	1 070
Apetrechamento de residências de magistrados	642,00	5 000,00	5 000,00			0	10 000
Construção de 1 cela transitória e 1 alpendres para viaturas			5 000,00	1 500,00		0	6 500
Adquirir imóveis para residências de magistrado	6 570,00	15 000,00	15 000,00	15 000,00	20 000,00	30 000	95 000
Construção de 2 edifícios escritório			4 000,00	12 000,00	25 000,00	20 000	61 000
Construção de residência para magistrados			5 000,00	30 240,00	37 800,00	40 000	113 040
E. OUTROS A IDENTIFICAR (reserva e contingências)	0,00	5 000,00	6 000,00	10 000,00	12 500,00	15 000,00	48 500,00
Total Global Investimento	26 980,55	86 003,75	98 133,75	115 228,75	120 774,00	125 575,00	545 715,25

10.2. Cenarização dos recursos financeiros

A cenarização financeira para o Plano Estratégico do GCCC de 2018-22 foi feita tendo em consideração a recente evolução da situação económico financeira e a previsão da sua evolução nos próximos anos.

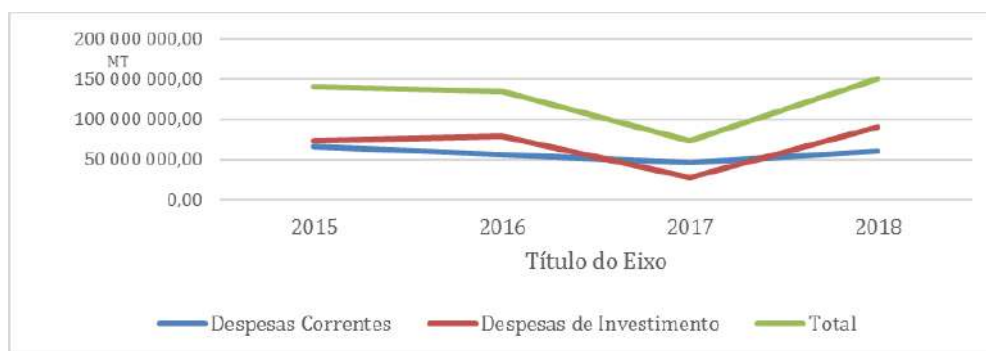
Olhando para a evolução do Orçamento do Estado do País, constata-se que tem, na sua globalidade, um comportamento anómalo, com restrições de recursos disponíveis para as instituições, como consequência da crise actual e das medidas tomadas de adaptação à gestão da crise.

A evolução dos recursos orçamentais atribuídos e utilizados (executados) pelo GCCC no período compreendido entre os anos 2015 e 2017 constitui também uma base importante para a cenarização.

Entretanto, a análise desta evolução permite reter alguns pontos importantes:

- Embora tenha havido um claro esforço do Governo de Moçambique no reforço do orçamento do GCCC, no passado recente (período entre 2011 e 2015), a actual crise económico financeira originou constrangimentos orçamentais com uma considerável redução de recursos, em termos reais, no período entre 2015 e 2017;
- Ao longo deste período, o GCCC, em termos genéricos, evidencia uma considerável capacidade de utilização dos fundos atribuídos, pelo que não constituirá nenhum constrangimento a capacidade de execução num cenário de aumento de disponibilidade de recursos.

Gráfico 1 - Evolução do Orçamento GCCC (Preços constantes de 2017)



Recursos disponíveis

Para a cenarização dos recursos disponíveis consideraram-se diversos pressupostos, entre os quais, se enumeram os seguintes: que se assiste a uma ligeira retoma da economia em 2017; que há uma expectativa da sua consolidação para os anos seguintes, conforme as projecções consensuais do Governo, do Banco Central e de organismos internacionais (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional), assente no nível de crescimento macroeconómico e do PIB e na desaceleração da inflação.

Nesta perspectiva, na cenarização dos recursos assumiu-se que:

- A projecção dos recursos disponíveis para o GCCC é feita em dois cenários distintos. Num I ° Cenário, com base na projecção do crescimento do PIB, e, num II ° Cenário, com base na evolução dos recursos disponíveis para o OE. Em todo o caso, em qualquer dos cenários assume-se, para além destes pressupostos, que o Governo reconhece a importância estratégica da prevenção e combate à corrupção e atribui-lhe uma crescente priorização, ainda que, de forma ténue, na afectação dos recursos ao GCCC;
- A actualização de preços foi feita com uma taxa de 7%;
- Para o ano de 2018 adopta-se uma projecção única para ambos os cenários, tendo como objectivo genérico que, neste ano, se recuperam os níveis de 2016, na afectação de recursos do OE ao GCCC. Esta opção resulta de não se considerar razoável influenciar ou estabelecer alternativas diferenciadas mais ousadas para o ano 2018, uma vez que já está em estágio avançado a preparação do Orçamento do Estado para esse ano;
- A partir de 2019 e até 2022, considera-se, de forma mais ousada, que haverá uma melhoria gradual da situação económica, tal como enunciado na definição dos Cenários I e II.

Cenário I - Projecção considerando o crescimento tendencial da economia

A afectação de meios financeiros foi feita considerando a proporcionalidade relativa dos recursos a atribuir ao GCCC face à evolução projectada do PIB.

Os recursos disponíveis foram projectados, neste cenário, com um ligeiro crescimento percentual de ano para ano, tendo por ponto assente a perspectiva de que é dada uma priorização relativa à prevenção e combate à corrupção.

Por outro lado, os recursos externos foram incluídos na projecção do investimento.

TABELA 12 - CENÁRIO I - RECURSOS DISPONÍVEIS

A preços de 2017 - (10 ⁶ Mts)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Corrente	66,48	56,67	46,00	60,00	65,94	72,72	80,13	99,09
Investimento	73,31	78,60	26,98	90,00	97,99	107,11	117,04	125,58
Total	139,79	135,27	72,98	150,00	163,93	179,82	197,17	224,67

Cenário II - Projectção considerando o crescimento tendencial dos recursos para o Orçamento do Estado

A afectação de meios financeiros foi feita considerando a proporcionalidade relativa dos recursos a atribuir ao GCCC, face à evolução projectada dos recursos do Orçamento.

Os recursos disponíveis estão projectados neste cenário, com um ligeiro crescimento percentual de ano para ano, tendo por base que é dada uma priorização relativa à prevenção e combate à corrupção.

Por outro lado, os recursos externos estão incluídos na projectção do investimento.

TABELA 13 - CENÁRIO II - RECURSOS DISPONÍVEIS

A preços de 2017 - (10 ⁶ Mts)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Corrente	66,48	56,67	46,00	60,00	68,48	78,11	89,05	99,09
Despesas de Investimento	73,31	78,60	26,98	90,00	105,29	122,89	143,12	159,261
Total	139,79	135,27	72,98	150,00	173,77	201,00	232,16	258,35

Recursos externos

Em ambos os cenários se assume uma perspectiva positiva na evolução da participação dos parceiros de cooperação nas actividades do GCCC.

Para efeitos preliminares e indicativos, considerando os dados históricos, assumiu-se a seguinte projectção de recursos externos, para ambos os cenários:

TABELA 14 – PROJECCÃO DE RECURSOS EXTERNOS

A preços de 2017 - (10 ⁶ Mts)	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Financiamento de parceiros da cooperação para programas do GCCC	32,45	62,40	11,46	50,00	59,07	69,54	81,63	90,84

Harmonização dos Recursos e Custos

Na tabela seguinte comparam-se os dois cenários projectados de recursos disponíveis com os custos estimados para a realização do Plano Estratégico:

TABELA 15 – COMPARAÇÃO DOS CENÁRIOS DE RECURSOS COM OS CUSTOS ESTIMADOS DO PE

A preços de 2017 - (10 ⁶ Mts)	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Cenário I						
Corrente	46	60	65,94	72,72	80,13	99,09
Investimento	26,98	90	97,99	107,11	117,04	125,58
Cenário II						
Corrente	46	60	68,48	78,11	89,05	99,09
Despesas de Investimento	26,98	90	105,29	122,89	143,12	159,261
Orçamento projectado para o PE						
Corrente	46	60	67,79	76,72	86,96	98,7
Despesas de Investimento	26,98	86	98,13	115,23	120,77	125,58

Analisando os cenários dos recursos disponíveis e dos custos estimados para a implementação do PEGCCC, pode concluir-se que os custos projectados se mostram aceitáveis, quando comparados com os dois cenários de recursos desenvolvidos e os recursos passíveis de mobilizar, o que aponta para a potencial viabilidade de financiamento do Plano Estratégico 2018-2022.

II. Plano de Acção

Para uma maior facilitação da implementação do Plano Estratégico por parte do GCCC, e independentemente da separata que se encontra nos anexos, na qual se acham as tabelas que permitiram desenhar as actividades principais a realizar, decidiu-se, na parte final do Relatório, apresentar uma tabela resumo, da qual constam as actividades que devem ser efectuadas no âmbito do Plano Estratégico, os mecanismos de controlo e os respectivos prazos. Tabelas que, de seguida, se apresentam.

Pilar		1º PILAR – Quadro da legislação Anti-corrupção						
Componente		A. A nível do quadro legal de combate à corrupção						
Objectivo Estratégico		Reforçar e ampliar as medidas legais de criminalização em relação aos actos praticados a nível do sector privado, merecedores de censura jurídico-criminal.						
Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios De Verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com	
Analisada e avaliada a implementação efectiva das medidas legais em vigor.	Fazer o levantamento das condutas passíveis de tipificação como actos de corrupção praticadas pelo sector privado, não previstas na legislação em vigor, em coordenação com o Instituto de Directores de Moçambique. Avaliar a aplicação da lei penal vigente recentemente revista e as suas virtudes no contexto prático quanto aos crimes de corrupção.	Identificação dos casos ilícitos não previstos na legislação.	Sim/Não	Levantamento dos casos ilícitos não previstos na actual legislação.	Dezembro de 2018	GCCC		
Legislação revista, ampliada e melhorada e, consequentemente, estimulada a credibilidade do Estado moçambicano no concerto das nações.	Propor a melhoria do tratamento, no Código Penal, da questão relacionada com a actividade do sector privado, nomeadamente, os actos que possam constituir crime de corrupção Conceber e propor medidas legais que contemplem uma previsão mais abrangente de criminalização de actos praticados a nível do sector privado. Esboçar e propor os termos de referência para a elaboração de medidas legais de criminalização de actos praticados a nível do sector privado, clarificando-os por lei.	Identificação das lacunas existentes na legislação vigentes. Elaborada a proposta de alteração legislativa.	Sim/Não Sim/Não	Relatório da avaliação. Proposta de alteração legislativa submetida a PGR.	Dezembro de 2018 Dezembro de 2019	GCCC GCCC	PGR	

Pilar	2º PILAR – Políticas, Estratégias e Planos de Acção	
Componente	A nível de Políticas e Estratégias de Prevenção	
Objectivo Estratégico	Aprovar Políticas e Estratégias, adequar o quadro legal e implementá-las através de Planos de Acção	

Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
Política e Estratégia nacional elaboradas e aprovadas.	Conceber e propor a adopção de uma política e estratégia nacional de prevenção e combate à corrupção, e a definição da entidade a quem cabe aprová-las, e garantir a sua aprovação.	Proposta elaborada da política e estratégia nacional de prevenção e combate à corrupção.	Sim/Não	Proposta da política e estratégia nacional de prevenção e combate à corrupção.	Dezembro de 2019	GCCC	
Concebidas as grandes linhas orientadoras dos planos de acção.	Conceber as grandes linhas orientadoras dos planos de acção, harmonizados com a Política e Estratégia Nacional de combate à corrupção.	Documento orientador metodológico sobre a elaboração de planos de acção.	Sim/Não	Documento orientador metodológico sobre a elaboração de planos de acção.	Dezembro de 2020	GCCC	
Criadas condições para um combate mais eficaz do fenómeno de corrupção.							
Reforçada a prevenção e combate à corrupção em todos os sectores do Estado. Criadas condições que facilitam a adopção de políticas e estratégias de prevenção e combate à corrupção.							
Criado o quadro legal regulador das intervenções na implementação de Política Nacional.	Propor a revisão do quadro legal, no relativo às competências relacionadas com a implementação de políticas no âmbito da prevenção.	Proposta de revisão do Estatuto Orgânico do GCCC.	Sim/Não	Proposta de revisão do Estatuto Orgânico do GCCC.	Junho de 2019	GCCC	
Realizadas acções de prevenção e combate à corrupção com maior eficácia e eficiência.	Propor a ampliação das competências do GCCC no âmbito da elaboração de políticas e estratégias relativas à prevenção e combate à corrupção.						

3º PILAR – Prevenção e combate à corrupção							
Componente		Componente do reforço das medidas de prevenção da corrupção – Área de Prevenção					
Objectivo Estratégico		Aperfeiçoar, harmonizar e estender os planos de acção no âmbito da prevenção a todas as instituições do Estado					
Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
Revisto o quadro legal relativo a competências.	Alterar a legislação no relativo ao papel do GCCC na elaboração de planos de acção e de monitoria no âmbito da prevenção.	Proposta de revisão do Estatuto Orgânico do GCCC.	Sim/Não	Proposta de revisão do Estatuto Orgânico do GCCC.	Junho de 2019	GCCC	PGR
	Rever o quadro legal relativo às competências do GCCC no relativo à coordenação com as instituições do Estado.					GCCC	
Estabelecidas as regras de Monitoria das acções de prevenção realizadas pelas instituições públicas e privadas.	Dar maior relevância ao papel do GCCC como órgão de direcção da prevenção da corrupção.	Regras de Monitoria das acções de prevenção.	Sim/Não	Documento das regras de Monitoria.	Junho de 2020	GCCC	
Elaborados planos de acção anuais mais eficazes de prevenção pelas instituições do Estado em coordenação com o GCCC.	Melhorar a concepção dos planos de acção relativos à prevenção.	Documento de concepção dos planos.	Sim/Não	Documento de concepção dos planos.	Após aprovação do Estatuto orgânico – Junho de 2019.	GCCC	MAEFP
	Institucionalizar e planificar, de forma coordenada, as acções anuais a levar a cabo pelo GCCC e pelas instituições do Estado.	Documento da planificação anual.	Sim/Não	Documento da planificação anual.	Após aprovação do Estatuto orgânico – Junho de 2019.	GCCC	MAEFP

Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
	Coordenar e monitorar os planos de acção sectoriais anuais, no domínio da prevenção contra a corrupção.	Encontros de monitoria com as Instituições do Estado na acção de prevenção.	2	Relatórios dos encontros.	Janeiro de 2019	GCCC	
	Actualizar os sectores estratégicos do Estado, definidos pelo Governo, no contexto da prevenção e combate à corrupção, saindo da tradicional referência à Saúde, Educação, Finanças, Justiça e Interior, para uma indicação mais dirigida, e especificada e abrangente.	Lista actualizada dos sectores estratégico do Estado.	Sim/Não	Lista dos sectores do Estado.	Junho de 2019	GCCC	
Envolvido o sector privado na elaboração e concretização dos planos de acção de prevenção.	Envolver o sector privado na elaboração e concretização dos planos de acção de prevenção	Planos de acção anuais.	Sim/Não	Planos de acção anuais.	Janeiro de 2019	GCCC	CTA
Elevada a do eficácia do combate à corrupção.	Realizar um estudo aprofundado sobre o fenómeno da corrupção e a identificação das suas causas.	Análise do fenómeno da corrupção.	Sim/Não	Documento do estudo do fenómeno da corrupção.	Dezembro de 2019	GCCC	
Melhoradas as acções de controlo	Adoptar acções de controlo relativamente à	Novos mecanismos de controlo dos	Sim/Não	Elementos orientadores (Circulares de	Dezembro de 2018	GCCC	MAEFP

Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
relativamente à actividade realizada pelos funcionários públicos.	actividade realizada por funcionários públicos.	actos dos funcionários.		execução permanente).			
Preparados, para fazer face ao fenómeno da corrupção, sectores e funcionários cuja actividade implique contacto com o público.	Promover a introdução, em todos os balcões de atendimento público do sector do Estado, de mecanismos que contribuam para diminuição da corrupção	Introdução programada de TICs nos balcões de atendimento.	1	Relatório de prestação de contas pelas Instituições envolvidas.	Janeiro de 2019	GCCC	MAEFP
Dotados os sectores públicos de um sistema de mecanismos de transparência e métodos de redução de vulnerabilidade ao fenómeno da corrupção.	Melhorar os sistemas de atendimento público com mecanismos de transparência e métodos de redução da vulnerabilidade ao fenómeno de corrupção.	.	Sim/Não	Elementos orientadores (Circulares de execução permanente).	Junho de 2019	GCCC	MAEFP
Reforçada a acção de elevação da consciência individual e institucional no aparelho do Estado através de acções de formação específica.	Realizar acções tendentes a elevar a consciência individual e institucional na realização das tarefas e funções no Aparelho do Estado.	Elaboração do Código de conduta, ética e moral dos funcionários.	Sim/Não	Elementos orientadores (Códigos de conduta, ética e moral dos funcionários).	Junho de 2020	GCCC	MAEFP
Reforçada a	Garantir o controlo	-	-	Relatórios de	Anual	GCCC	MAEFP

Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
acção de controlo e diminuídos os actos de corrupção nas instituições do aparelho de Estado.	hierárquico dos actos dos funcionários e das instituições.			acções inspectivas.			
Acções de prevenção concebidas de forma a abranger as várias instituições do Estado e o sector privado e o sector privado fornecedor de bens e serviços.	Conceber acções de prevenção abrangendo as várias instituições do Estado e o sector privado fornecedor de bens e serviços.	Introdução de acções específicas de prevenção.	Sim/Não	Relatório sobre acções realizadas.	Janeiro de 2020	GCCC	MAEFP/MEF
Diminuído o foco de actos de corrupção relacionados com a prestação de bens e serviços.	Promover a implementação de acções de controlo da actividade exercida pelas UGEA's.	Introdução de um plano de acções de controlo	Sim/Não	Relatório de Prestação de Contas.	Junho de 2019	GCCC	MAEFP/MEF
	Promover a adopção de mecanismos de rigorosos de controlo na realização de concursos públicos.	Introdução de mecanismos de controlo da realização de concursos públicos.	Sim/Não	Documento dos mecanismos de controlo.	Dezembro de 2019	GCCC	
	Promover e incentivar o cumprimento rigoroso das normas legais relativas aos concursos públicos	Elaboração de acções de monitoria.	Sim/Não	Relatório Semestral da Monitoria.	Dezembro de 2019	GCCC	MAEFP/MEF
		Elaboração de medidas.	Sim/Não	Documento orientador.	Dezembro de 2019	GCCC	MAEFP/MEF

Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
	e dos processos de contratação.						
Estratégias e planos de acção criados, permitindo uma maior eficácia na prevenção da corrupção.	Criar uma estratégia de comunicação e desenvolvimento de planos adequados que permitam maior eficácia na mensagem e mais fácil mobilização de recursos para a sua viabilização.	Elaborada nova estratégia de comunicação.	Sim/Não	Estratégia de comunicação.	Dezembro de 2018	GCCC	
Diversificadas e intensificadas as mensagens de informação sobre o papel do GCCC no âmbito da prevenção com recurso a técnicas especializadas de comunicação.	Adoptar mensagens mais objectivas e claras com recurso a meios mais profissionalizados.	Elaborado novo modelo de mensagens.	Sim/Não	Modelo de mensagens.	Dezembro de 2018	GCCC	
Formados agentes divulgadores de medidas de prevenção.	Realizar acções de formação dos agentes divulgadores de medidas de prevenção.	Número de acções de formação realizadas.	2	Relatório das formações realizadas.	Anual	GCCC	
		Número de agentes divulgadores formados.	20	Relatório das formações realizadas.	Anual	GCCC	
Maior participação da sociedade e do sector privado nas acções que conduzam à	Mobilizar a sociedade e o sector privado para participar nas acções de prevenção.	Realizadas acções de prevenção com participação da sociedade e do sector privado.	Sim/Não	Relatório Semestral das acções realizadas.	Semestral	GCCC	

Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
diminuição do fenómeno da corrupção.							
Estabelecidos acordos com a sociedade civil e sector privado para o envolvimento e parceria na implementação de acções importantes identificadas.	Estabelecer parcerias com a sociedade civil, para a realização de acções coordenadas no âmbito da prevenção.	Parcerias concretizadas.	A estabelecer no plano anual.	Memorandos celebrados.	Anual	GCCC	OSCs
	Estabelecer parcerias com a sociedade civil e o sector privado, para a realização de acções coordenadas no âmbito da prevenção.	Parcerias concretizadas.	A estabelecer no plano anual.	Memorandos celebrados.	Anual	GCCC	CTA
Incorporado pessoal especializado no Quadro do GCCC para a realização das acções e planos anuais de prevenção.	Ajustar o Quadro de pessoal às necessidades da área de prevenção.	Elaborada a proposta do novo quadro de pessoal.	Sim/Não	Proposta do novo quadro de pessoal.	Dezembro de 2019	GCCC	
	Recrutar e capacitar pessoal especializado.	Incorporação de novos técnicos superiores.	10	Resolução da aprovação de novo quadro de pessoal.	Junho de 2021	GCCC	

Pilar	3º PILAR – Área de prevenção e combate à corrupção
Componente	Componente do reforço de medidas de combate à corrupção – Área de combate à corrupção
Objectivo Estratégico	Fortalecer a coordenação e a cooperação inter-institucional entre o GCCC e as diferentes instituições do Estado no combate à corrupção

Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
Estabelecidos os mecanismos para cumprimento do princípio legal de obrigatoriedade de comunicação de casos de corrupção ao GCCC.	Definir e institucionalizar mecanismos de coordenação e articulação do GCCC com as diferentes instituições do Estado.	Institucionalização de mecanismos de coordenação e articulação.	Sim/Não	Memorandos celebrados.	Janeiro de 2020	GCCC	MAE
Casos de corrupção detectados, comunicados atempadamente ao GCCC.	Manter o GCCC permanentemente informado sobre os processos de corrupção e sobre a conclusão final dos mesmos.	Elaborado o documento orientador de obrigatoriedade de comunicação por parte das Instituições ao GCCC sobre casos de corrupção detectados.	Sim/Não	Documento orientador de obrigatoriedade.	Janeiro de 2020	GCCC	MAEFP/MEF
	Monitorar o processo de comunicação sobre casos de corrupção constatados nas instituições do Estado.						
	Adoptar medidas de obrigatoriedade de comunicação, pelas diversas instituições do Estado, ao GCCC dos casos de corrupção, de modo que tal procedimento não fique dependente da ponderação do dirigente.						
	Melhorar a coordenação inter-institucional, com vista a acelerar o combate à corrupção nos vários sectores do Estado.						
	Criar um sistema de monitoria do						

Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
	processo de comunicação.						
Magistrados do GCCC, investigadores e Magistrados afectos às Procuradorias formados e capacitados em matérias de combate à corrupção.	Dar continuidade e reforçar as acções de formação e capacitação ¹⁶ .	Nº de Magistrados e Investigadores do GCCC e Magistrados afectos às Procuradorias formados.	A estabelecer no plano anual.	Relatórios de formação.	Anual	GCCC	CFIJ
Melhorada a qualidade de investigação, instrução e acusação e garantida maior celeridade processual	Melhorar a qualidade da investigação, instrução e acusação e garantir maior celeridade processual	Nº de processos instruídos trimestralmente	A estabelecer no plano anual.	Relatório de controlo.	Anual		
Condições de trabalho melhoradas e bom desempenho estimulado	Criar melhores condições de trabalho ¹⁷ .	-	-	-	-	-	-
Acções conjuntas com o sector privado e Governo, realizadas no âmbito do combate à corrupção.	Concretizar acções conjuntas com o sector privado e o Governo no âmbito do combate à corrupção.	Realizadas acções de combate à corrupção conjuntas com o Governo e sector	5	Relatórios das acções de combate à corrupção.	Anual	GCCC	MAEP/CTA

¹⁶ Matéria contemplada no quarto pilar, relativo ao Desenvolvimento Institucional.

¹⁷ Matéria contemplada no quarto pilar, relativo ao Desenvolvimento Institucional.

Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
Maior eficácia do combate à corrupção.	Introduzir mecanismos para incentivar o envolvimento da sociedade e sector privado no combate a corrupção.	Introdução de incentivos para um maior envolvimento da sociedade e do sector privado no combate à corrupção.	Sim/Não	Inceptivos atribuídos (diplomas, prémios, distinções, etc.).	Anual	GCCC	
	Fortalecer a integridade dos intervenientes no funcionamento dos sectores envolvidos.	Elaboração de acções de sensibilização (palestras).	1	Relatório da acção realizada (palestra).	Anual	GCCC	MAEFP/MEF
	Concretizar a coordenação e colaboração com instituições internacionais ligadas ao combate à corrupção.	Celebração de acordos de cooperação com instituições internacionais.	Meta a estabelecer em 2018	Acordos celebrados.	Dezembro de 2020	GCCC	
Reforçado o controlo interno nas instituições do Estado.	Promover o reforço das acções de controlo interno pelas instituições do Estado, nomeadamente, inspectivas e de auditoria interna.	Elaboração de planos anuais de inspecção e auditoria interna.	1	Documento de planificação anual da inspecção e auditoria interna.	Anual	GCCC	MAEFP
Aumento da denúncia de casos de corrupção por parte dos cidadãos.	Adoptar acções de sensibilização do cidadão para o uso da linha verde referente a denúncia de actos de corrupção.	Elaboração de programas de sensibilização do cidadão para denúncia de casos de corrupção.	A estabelecer no plano anual.	Relatório sobre a realização dos programas de sensibilização.	Anual	GCCC	
Institucionalizado o uso de	Introduzir mecanismos institucionais	Introdução de um	Sim/Não	Sistema de	Janeiro de	GCCC	

Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
TIC's no GCCC, para conhecimento mais exacto da tramitação dos processos.	que garantam o conhecimento exacto dos casos de corrupção que correm pelas Procuradorias.	sistema de processamento e tratamento de dados melhorado.		processamento e tratamento de dados.	2019		
Melhorada a monitoria da tramitação dos processos.	Estabelecer mecanismos inter-institucionais que permitam conhecer o andamento dos processos e a tomada de decisão pelos Tribunais em relação aos casos de corrupção.						
Elevada a divulgação dos processos concluídos.	Adoptar mecanismos eficazes de difusão generalizada de comunicação e informação sobre os casos de corrupção concluídos.	Concepção de programas de difusão de informação.	Sim/Não	Documento da concepção dos programas de difusão de informação.	Janeiro de 2019	GCCC	
		Realização de programas de difusão de informação.	1	Relatórios dos programas de difusão de informação.	Anual	GCCC	
Mecanismos rigorosos de controlo e de punição dos autores de fuga de informação adoptados.	Adoptar mecanismos de eliminação de fuga de informação sobre denunciantes e matéria objecto de investigação e instrução.	Elaboração de regras de controlo nos cartórios do GCCC, Procuradorias, Tribunais e nas instituições do Estado.	Sim/Não	Documento que institucionaliza as regras de controlo nos cartórios.	Junho de 2019	GCCC	
Diminuída a fuga de informação relativa a denunciantes.	Adoptar medidas de protecção e sigilo que permitam estimular a participação do cidadão na denúncia e combate a corrupção.	Introdução do sistema de protecção e manutenção do sigilo.	Sim/Não	Relatório da institucionalização do sistema de protecção e manutenção do sigilo.	Junho de 2019	GCCC	

Pilar	3º PILAR – Área de prevenção e combate à corrupção
Componente	Componente da Área de investigação, instrução e acção penal
Objectivo Estratégico	Assegurar maior acompanhamento do GCCC em relação aos processos de corrupção em todas as suas etapas

Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
Garantida a presença do MP do Instrutor no processo na fase do julgamento.	Concretizar o acompanhamento dos processos em fase de julgamento, pelo magistrado que instruiu e acusou o processo.	Coordenação com as procuradorias, para implementação dos princípios legais instituídos.	Sim/Não	Relatório específico.	Anual	GCCC	PGR
Criada a unidade de supervisão e introduzidos os mecanismos de supervisão e monitoria dos processos em fase de tramitação.	Propor a criação da unidade de supervisão de processos dotado de pessoal especializado ¹⁸ .	-	-	-	-		PGR
	Adoptar mecanismos de supervisão e monitoria dos processos em fase de investigação e instrução ¹⁹ .	-	-	-	-		PGR
	Dotar o GCCC de maior capacidade de supervisão dos processos remetidos a tribunal e julgados.	Coordenação com as procuradorias e tribunais para elevação da capacidade de supervisão.	Sim/Não	Relatório específico.	Anual	GCCC	PGR

¹⁸ Matéria contemplada no quarto pilar, relativo ao Desenvolvimento Institucional.

¹⁹ Matéria contemplada no quarto pilar, relativo ao Desenvolvimento Institucional.

Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
	Introduzir mecanismos que garantam o aumento da produtividade dos quadros afectos à área de investigação, instrução e acção penal.	Introdução de mecanismos que garantam o aumento da produtividade dos quadros.	Sim/Não	Relatório específico.	Anual	GCCC	PGR
Prorrogar o julgamento de processos relativos a casos de corrupção estabelecida.	Estabelecer mecanismos de articulação com os tribunais para que haja maior celeridade no julgamento de processos relativos a casos de corrupção, e se estude a possibilidade de criação de secções especializadas	Institucionalização de mecanismos de articulação com os tribunais.	Sim/Não	Memorando de entendimento celebrado.	de Junho de 2019	GCCC	PGR
Elevada a qualidade técnica e produtividade dos quadros afectos à área de investigação, instrução e acção penal.	Elaborar programas de formação contínua e capacitação de magistrados do MP, investigadores e juizes que lidam com casos de corrupção.	Elaboração de programas contínuos de formação e capacitação.	Sim/Não	Programas de formação e capacitação concebidos.	Anual	GCCC	CFJJ
Melhorada a qualidade da investigação e instrução.	Capacitar permanentemente os magistrados e investigadores na área do	Execução de acções de capacitação.	1	Relatório de formação.	Anual	GCCC	CFJJ

Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
	do combate à corrupção e investigação e instrução processual.						
	Dotar o GCCC de quadros especializados ²⁰ .	-	-	-	-	-	-
Aumentada a quantidade de processos acusados.	Proceder à desacumulação de funções dos magistrados.	Desacumulação de funções dos magistrados.	Sim/Não	Despacho de desacumulação de funções dos magistrados.	Dezembro de 2020	GCCC	-
	Recrutar e preencher o quadro de pessoal actual	Preenchimento do quadro de pessoal actual.	188 ²¹	Relatório específico.	Dezembro de 2021	GCCC	-
Melhorada a capacidade em meios materiais.	Adquirir equipamento apropriado para a investigação ²²	-	-	-	-	-	

²⁰ Matéria contemplada no quarto pilar, relativo ao Desenvolvimento Institucional.

²¹ 41 (GCCC); 45(GCCM); (GCCJ); 31 (GCCS); 34 (GCCN).

²² Matéria contemplada no quarto pilar, relativo ao Desenvolvimento Institucional.

Pilar	4º PILAR – Desenvolvimento institucional					
Componente	Componente do Quadro Institucional					
Objectivo Estratégico	Ampliar a estrutura orgânica do GCCC					

Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
Estrutura orgânica e quadro orgânico do GCCC revisto e ampliado.	Rever a concepção da área de prevenção, transformando-a numa unidade orgânica mais forte, dotada de pessoal especializado e de competências apropriadas.	Elaboração da proposta do novo quadro orgânico do GCCC.	Sim/Não	Proposta do quadro orgânico.	Junho de 2019	GCCC	
	Criar a unidade de coordenação das áreas de investigação, instrução e acção penal.						
	Estabelecer as regras de coordenação em cada uma das áreas previstas no quadro orgânico do GCCC.					GCCC	
	Definir um sistema de monitoria dos processos em fase de investigação e de instrução.					GCCC	
	Criar as unidades de recuperação de activos, de comunicação e de cooperação.					GCCC	
	Criar a unidade de supervisão de processos, dotada de pessoal especializado.					GCCC	
	Rever o quadro legal no relativo às competências relacionadas com a implementação de políticas no âmbito da prevenção e combate à					GCCC	

Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
	corrupção.						
	Ampliar as competências do GCCC no domínio da elaboração de políticas e estratégias relativas à prevenção e combate à corrupção.					GCCC	
	Rever o quadro legal relativo às competências do GCCC no que tange à coordenação com as instituições do Estado.					GCCC	
	Rever o papel do GCCC como órgão de direcção da prevenção da corrupção.					GCCC	
Criadas as condições para a instalação de novos GPCCs e GDCCs em locais estratégicos	Definir e estabelecer as Províncias e Distritos considerados estratégicos	Elaboração do Estudo referente à instalação de novos GPCCs e GDCCs.	Sim/Não	Estudo referente à instalação de novos GPCCs e GDCCs.	Dezembro de 2022	GCCC	PGR
	Definir as prioridades e a respectiva calendarização						
	Prever o respectivo impacto orçamental						
	Criar as condições para a instalação de novos GPCCs e GDCCs, em algumas províncias e distritos considerados estratégicos, nos casos devidamente justificados						
Realizados programas de	Conceber novas políticas e estratégias de comunicação e	Elaboração do documento de	1	Documento relativo a	Janeiro de	GCCC	

Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
difusão de políticas, estratégias e competências do GCCC, para conhecimento dos cidadãos e da sociedade.	informação.	políticas e estratégias de comunicação e informação.		políticas e estratégias de comunicação e informação.	2019		
	Conceber programas de difusão das políticas, estratégias e competências do GCCC de forma apropriada, nomeadamente, na vertente de palestras/reuniões com as comunidades, escolas, AT, CTA e na vertente de folhetos/spots/mensagens via imprensa escrita/TV/Rádio.	Elaboração dos programas de difusão das políticas, estratégias e competências do GCCC.	Sim/Não	Guiões dos programas de difusão das políticas, estratégias e competências do GCCC.	Anual	GCCC	

Pilar	4º PILAR – Desenvolvimento institucional	
Componente	Componente de organização interna e recursos humanos	
Objectivo Estratégico	Dotar o GCCC com a capacidade técnica humana adequada em quantidade, especialidades, qualidade e devidamente incentivada	

Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
Estrutura orgânica do GCCC alterada e adequada.	Elaborada uma nova Estrutura orgânica do GCCC.	Elaboração da proposta da nova Estrutura orgânica do GCCC.	1	Proposta da nova estrutura orgânica.	Junho de 2019	GCCC	
Melhorado o sistema de informação interna do GCCC.	Melhorar o sistema de processamento e tratamento de dados estatísticos.						
Criado um sistema de tratamento de dados estatísticos harmonizado com o sistema existente na PGR e no Tribunal Supremo.	Introduzir um sistema de tratamento de dados harmonizado com o existente na PGR e no Tribunal Supremo.	Introdução de um sistema de processamento e tratamento de dados melhorado.	Sim/Não	Sistema de processamento e tratamento de dados.	Dezembro de 2019	GCCC	
Melhorada a qualidade da informação e tratamento de dados estatísticos.	Desenvolver e consolidar o sistema de informação estatística da instituição Recrutar técnicos especializados em estatística.	Admissão de técnicos especializados em estatística.	5	Despacho de nomeação.	Dezembro de 2019	GCCC	
Quadro de pessoal revisto e adequado.	Rever o quadro de pessoal, prevendo em especial as categorias de assessor, auditor, investigador criminal, técnicos de estatística, técnicos de comunicação e especialistas de cooperação. Recrutar novos técnicos.	Elaboração da proposta de um novo quadro de pessoal.	1	Proposta do novo quadro de pessoal.	Dezembro de 2019	GCCC	
GCCC dotado com técnicos qualificados através da		Admissão de novos técnicos.	A estabelecer	Despacho de nomeação.	Anual	GCCC	

Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
capacitação dos existentes e do devido recrutamento de novos quadros.			no plano anual.				
	Capacitar os quadros existentes para responder às necessidades do GCCC.	Elaboração de acções de capacitação.	5	Relatório das acções de capacitação realizadas.	2020	GCCC	
Elevada a qualidade técnica dos quadros do GCCC.	Estabelecer um plano de formação estruturado e contínuo, que dê resposta às necessidades em conhecimento técnico geral e especializado.	Elaboração do plano de formação.	Sim/Não	Plano de formação.	Junho de 2019	GCCC	
	Realizar a formação de forma estruturada, e perspectivada em função das necessidades do GCCC.	Realização da formação.	1	Relatório das formações realizadas.	2022	GCCC	
	Elevar a formação dos quadros da SERNIC afectos à área da investigação e instrução.	Realização da formação dos elementos da SERNIC.	1	Relatório das formações dadas aos elementos da SERNIC.	2021	GCCC	
Criadas condições para a estabilidade dos quadros.	Propor incentivos específicos para a área de investigação e instrução ²¹	Incentivos criado	Sim/Não	Documento de proposta de incentivos.	Janeiro de 2020	GCCC	PGR/ MEF/ MAEFP
	Garantir a actualização regular da progressão nas carreiras.	Actualização regular das progressões nas carreiras.	Sim/Não	Relatório específico.	Anual	GCCC	

Pilar	4º PILAR – Desenvolvimento institucional						
Componente	Componente de Infra-estruturas e equipamento						
Objectivo Estratégico	Melhorar as condições e ambiente de trabalho						
Resultados	Actividades principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
Melhorados os meios técnicos de investigação e instrução	Adquirir equipamento especializado	Equipamento especializado.	10	Guia de recebimento.	2022	GCCC	
Melhoradas as condições de trabalho em meios materiais e logísticos	Criar as condições para o bom funcionamento da instituição (ex: equipamento informático, de transporte, etc.);	Equipamento informático. Mobiliário de escritório. Equipamento e meios de Transporte.	46 ²³ A definir anualmente 37 ²⁴	Guia de Recebimento.	2022	GCCC	
Disponibilizadas instalações apropriadas para o bom funcionamento da Instituição.	Dotar a instituição de instalações adequadas.	Instalações.	3 ²⁵	Guia de Recebimento.	2022	GCCC	
Disponibilizadas condições de habitação para os magistrados.	Fornecer aos magistrados condições de habitação.	Habitação.	22 ²⁶	Guia de Recebimento.	2022	GCCC	

²³ 10 GCCC; 10 GPCCM; 10 GPCCI; 8 GPCCS; 8 GPCCN.
²⁴ 12 GCCC; 5 GPCCM; 7 GPCCI; 5 GPCCS; 8 GPCCN.
²⁵ GPCCM; GPCCI e GPCCN.
²⁶ 3 GCCC; 4 GPCCM; 5 GPCCI; 5 GPCCS; 5 GPCCN.

Pilar	4º PILAR – Desenvolvimento institucional	
Componente	Componente de meios financeiros	
Objectivo Estratégico	Dotar o GCCC de recursos financeiros suficientes para a implementação do PE, desenvolvendo acções de concertação com as entidades relevantes para a obtenção de recursos financeiros	

Resultados	Actividades Principais	Indicadores	Quantificação	Meios de verificação	Prazo	Responsável	Coordenação com
Mobilizados os devidos recursos financeiros.	Mobilizar os necessários recursos financeiros.	Programa de actividades financiado.	Sim/Não	Orçamento do GCCC.	Anual	GCCC	PGR



IMPRESA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE, E.P.

MAPUTO — 2018



MINISTÉRIO
PÚBLICO
MOÇAMBIQUE